Questão 1

As buscas de autonomia relativa na dependência do final dos anos de 1930, as tentativas frustradas de estabelecimento de uma "relação especial" com os Estados Unidos da América (EUA) na segunda metade dos anos de 1940, o nacional-populismo do segundo governo Vargas, as pretensões de obtenção de capitais públicos via articulação interamericana do governo Kubitschek e a "política externa independente" do período Quadros-Goulart constituem, do ponto de vista cronológico, "fases" das relações internacionais e da política externa brasileira.

FAUSTO, Boris. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, o Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 132, com adaptações.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca da República Liberal (1945-1964). Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) a industrialização e o crescente processo de urbanização da sociedade;

b) a realidade interna ("um país em movimento") e a respectiva relação com a política externa; e

c) o papel crucial das relações do Brasil com os EUA.

Extensão do texto: até 90 linhas.

Valor: 30 pontos.

Média: 24,54 (total); 25,21 (ampla); 22,50 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 2,874 (total); 2,826 (ampla); 2,094 (cotas/PNE)

Bárbara Policeno Pereira – 28,50

A República Liberal (1945-64) foi marcada pela urbanização e pela industrialização do Brasil. Nesse período, houve amplo engajamento popular na política, sobretudo em torno de dois projetos antagônicos: nacional-desenvolvimentismo e liberal-conservadorismo. Como consequência, o período foi caracterizado por grande polarização ideológica, da qual resultaram sucessivas crises políticas (1954, "Novembrada", Campanha da Legalidade). A polarização na sociedade e no Parlamento se refletia na política externa, sobretudo em torno das relações entre o Brasil e os Estados Unidos – com destaque para o Acordo Militar de 1952 e a Questão Cubana.

Com a Lei Agamenon Magalhães, de 1945, foram quatro os principais partidos políticos: PSD, PTB, UDN e PCB. O PSD tinha sua base de apoio no campo e abrangia interventores da Era Vargas. O PTB resultava da "invenção do trabalhismo" e contava com o apoio dos trabalhadores. A UDB tinha base conservadora e era fortemente antigetulista. O PCB, liderado por Carlos Prestes, foi colocado na ilegalidade em 1947. A industrialização e urbanização do período fez que o PTB se constituísse o partido de maior crescimento nas bancadas. Durante a década de 1960, antes da ruptura de 1964, o PTB tinha bancada que se aproximava à do PSD.

O processo de industrialização, por sua vez, resultou na elaboração de dois projetos antagônicos de desenvolvimento. De um lado, havia o projeto liberal-conservador, encabeçado pela UDN, pela elite urbana e setores do empresariado. Defendiam a associação com o capital estrangeiro no desenvolvimento da indústria nacional. Carlos Lacerda e a "banda de música" lideravam esse projeto. Não obstante, na criação da Petrobrás, em 1953, defenderam que a empresa fosse monopolista e estatal. O suporte ideológico desse projeto vinha mormente do IBAD e do IPES.

O projeto nacional-desenvolvimentista, por outro lado, pregava maior participação do capital nacional, inclusive por meio de restrição ao fluxo de capitais. Era defendido por trabalhadores e por camadas médicas urbanas, bem como pelo setor nacionalista das Forças Armadas – como demonstra Estillac Leal. O suporte ideológico desse projeto adivinha do ISEB.

Essa realidade interna, de um país que se urbanizava e se industrializada, refletiu-se na política externa. No Governo Dutra, a cruzada anticomunista no plano interno resultou no rompimento de relações com a URSS. No contexto da Guerra Fria, nem mesmo os EUA romperam relações com a potência rival. Ainda, Dutra tentou usar a política externa como instrumento de desenvolvimento. Embora as expectativas tenham sido frustradas, a Missão Abbink e a constante demanda por auxílio norte-americano (um "Plano Marshall" para o Brasil" são evidências desse esforço. No Governo Vargas (1951-54), o presidente tentou retomar a política de barganhas para atender aos anseios da sociedade por desenvolvimento. Em JK, por meio do desenvolvimentismo-associado, pela OPA e pelo envio de missão comercial à URSS, a política externa visou a adequar-se à realidade interna de um país que se industrializava.

A realidade de "um país em movimento", na década de 1960, no governo Jânio e João Goulart, resultou na polarização do Parlamento e formação de bancadas suprapartidárias. De um lado, formou-se a Frene Parlamentar Nacionalista, que defendia o aprofundamento da PEI e o estruturalismo reformista de Goulart. Contava com apoio, sobretudo, do PTB, das Ligas Camponesas e do ISEB. No Congresso, a "ala moça" do PSD e o grupo "Bossa Nova" da UDN concordavam com esse projeto. Por outro lado, formou-se a Aliança Democrática Parlamentar, contrária ao aprofundamento da PEI. O auge dessa polarização ocorreu com a Questão Cubana. A posição de San Tiago Dantas, na política externa, refletiu-se na realidade interna. Com efeito, após a queda de Tancredo Neves, Dantas não logrou ser o Primeiro Ministro. A política externa, nesse contexto, foi de interesse dos cidadãos como nunca antes na história brasileira. O Parlamento foi tomado por discussões acerca das relações internacionais. A PEI, inclusive, foi um dos fatores que contribuiu para a radicalização de 1964, que culminaria no golpe civil-militar. Ao defender a desideologização e a diversificação de parcerias, a PEI centrava-se na busca do desenvolvimento nacional.

No que concerne ao papel das relações bilaterais Brasil-EUA, o excerto de Boris Fausto ilustra a dimensão dessas relações. Durante todo o período da Experiência Democrática, os EUA foram os principais parceiros comerciais e investidores do Brasil. No final dos anos 1930, o alinhamento negociado e a barganha nacionalista de Vargas resultaram na criação da CSN, no reequipamento das forças armadas e na participação de tropas brasileiras na Segunda Guerra. No governo Dutra, acreditava-se, como consequência, na existência de "relações especiais" entre os países. Contudo, a ajuda norte-americana ficou aquém do esperado, o que levou Raul Fernandes a elaborar o "memorando da frustração".

A pressão do Brasil por ajuda norte-americana continuou na década seguinte. Em 1951, na IV Reunião Interamericana, o chanceler Neves da Fontoura adotou postura demandante no aspecto econômico. Os EUA eram percebidos como parceiros

fundamentais para que o Brasil pudesse se desenvolver. No governo JK, a diplomacia buscou ajuda norte-americana. O governo iniciou-se com ótimas relações, como mostra o acordo sobre a base de foguetes em Fernando de Noronha. As demandas brasileiras, no entanto, foram recebidas com frieza pelo presidente Eisenhower. Isso levou JK a articular a OPA, a qual é evidência da crucialidade dos EUA nas relações do período.

A aliança entre Brasil e Estados Unidos também se verifica em convergências em foros regionais e multilaterais. Na Guerra Fria, o Brasil pôs-se do lado do Ocidente. Nesse sentido, integrou o TIAR, o regime de Bretton Woods e a OEA. Nas Nações Unidas, acompanhou o voto dos Estados Unidos quanto à negativa de conceder-se assento permanente à República Popular da China. Mesmo durante a PEI, em que se visou maior autonomia, o Brasil não descuidou das relações bilaterais, como mostra o memorando Dantas-Bell. Os EUA, nesse sentido, foram cruciais parceiros econômicos, em que pese a existência de conflitos no decorrer das relações bilaterais.

A República Liberal, portanto, foi um período de industrialização e de urbanização da sociedade brasileira. Houve conflito entre projetos antagônicos de desenvolvimento, bem como maior reflexo da política externa nas discussões do Congresso. No decorrer do período, houve diversas "fases" nas relações internacionais brasileiras; em todas, no entanto, houve reconhecimento da importância das relações com os EUA.

Arthur Lomonaco Beltrame – 28,50

O período da chamada República Liberal (1945-1964) foi marcado pelo duplo processo de urbanização e industrialização, os quais transformaram, decididamente, a vida econômica e política nacional. Condicionados pela nova realidade mundial emergente da Segunda Guerra, com o aparecimento da Guerra Fria, os novos atores políticos e sociais no Brasil buscavam a implementação daquele que cada grupo pensava ser o melhor projeto para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, as relações com os EUA mostravam-se como condicionante determinante, motivando os debates entre nacionalistas e "associacionistas". Ao fim e ao cabo, as dificuldades do sistema político em responder aos novos atores, a polarização política e as dificuldades econômicas conduziriam a diversas crises no período, culminando na solução de força de 1964.

Ao fim da chamada Era Vargas (1930-1945), o país encontrava-se em rápido processo de industrialização e de urbanização da sociedade. Superado o período de restrições políticas do Estado Novo, procedeu-se à reorganização da vida político-partidária do país, nos moldes da Lei Agamenon Magalhães, de 1945, para acomodar velhos e novos atores. Assim, formaram-se partidos políticos que agregariam essas forças e seus distintos projetos de país. Resumidamente, surgiram: o PSD, partido centrista de forças rurais e da burocracia e clientela varguista, notadamente interventores, sendo o maior partido, fiel da balança do jogo político; o PTB, de viés varguista e trabalhista, forte junto ao operariado urbano; a UDN, incialmente uma frente anti-varguista, que passa a tender à direita, composta por classes médias urbanas e profissionais liberais; o PCB, que, no entanto, tem curta duração; e o PSP, mais restrito à São Paulo.

Ao longo do período da República Liberal, os projetos dos diferentes partidos e grupos políticos se tornariam antagônicos, de modo que os períodos eleitorais simbolizavam extremos dessa polarização. Momentos de maior tensão puderam ser identificados quando do suicídio de Vargas; da eleição de Juscelino Kubitschek, seguida da "novembrada" de Henrique Teixeira Lott para garantir sua posse; da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, seguida das resistências à posse de João Goulart, resolvida pelo compromisso da adoção do sistema parlamentarista e, finalmente, no acirramento das tensões políticas no ano de 1964. No entanto, deve-se destacar, como impacto político resultante do processo de urbanização e industrialização, as eleições legislativas de 1962. Será nesse ponto que os partidos de viés mais urbano, PTB e UDN, avançarão no Parlamento, tomando espaço do PSD e acirrando o antagonismo político com a formação da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), mais petebista, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), mais udenista. Destaca-se, nesse processo, a participação de forças mais exaltadas como Leonel Brizola (PTB) e Carlos Lacerda (UDN), assim como mais moderadas, como San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Magalhães Pinto.

A polarização política que marca a República Liberal relaciona-se, diretamente, às condicionantes internacionais da Guerra Fria. O objetivo do desenvolvimento permeou, de maneira mais ou menos intensa, a política externa brasileira por todo o período, colocando frente a frente os projetos de cunho nacionalista e os de cunho associacionista. Após as tentativas frustradas de manutenção da "relação especial" com os EUA no imediato pós-guerra, com resultados parcos da Missão Abbink (1948), da CMBEU (1950-1953) e, principalmente, da proposta da Operação Panamericana (OPA) de Juscelino Kubitschek, a política externa brasileira iniciará uma "nova fase" das relações internacionais do Brasil. Ainda que tenha sido iniciada no governo de Jânio Quadros, apoiado pela UDN, a Política Externa Independente (PEI) sofreria fortes críticas udenistas e, rapidamente, estaria no centro dos conflitos políticos, em especial no Parlamento.

O processo de progressiva implementação da PEI, que evoluiu do governo Jânio Quadros ao governo João Goulart, sob o comando, principalmente, de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, afetou diretamente os debates políticos nacionais. Nesse cenário, a desideologização e o universalismo pragmático da PEI atingiram os interesses das forças políticas, que a utilizariam de acordo com suas conveniências, dando-lhe a roupagem que fosse para eles interessante. As defesas de exercício de soberania por parte do PTB e de ensaio de "bolchevização" pela UDN colocavam a PEI no centro das desavenças e da polarização política. A chegada definitiva da Guerra Fria na América Latina com a Revolução Cubana e os esforços autonomistas da política externa contrastavam com uma realidade interna que se transformava e se deteriorava cada vez mais rápido. Nesse cenário, forças políticas moderadas não conseguiam fazer prosperar suas ponderações, criando-se um debate ferrenho e inconciliável.

Ao longo da República Liberal, os EUA desempenharam papel crucial em alguns dos principais tópicos, notadamente em relação aos esforços de industrialização do Brasil para seu consequente desenvolvimento e às condicionantes ideológicas do período. Se, no governo Dutra, a espera por auxílio decorrente do Ponto IV do discurso de Truman não se materializou diretamente, tendo resultado no Memorando da Frustração de Raul Fernandes, em 1949, no governo Vargas (1950-1954), o Acordo Militar de 1952 e o apoio à intervenção na Guatemala contra Jacobo Arbenz resultaram em afastamento e atitudes nacionalistas de Getúlio. Em Juscelino, a troca de cartas com Eisenhower faria parte dos esforços para a OPA, importante mecanismo para o desenvolvimento e o afastamento das "ideologias exóticas" da região. Após esses seguidos esforços frustrados, a autonomia universalista da PEI, por sua vez, seria objeto de desconfiança, condicionando ou impedindo as tentativas de pedido de auxílio pelo Brasil. Nesse cenário, a própria Aliança para o Progresso sinalizava a dificuldade de entendimento entre as partes.

A República Liberal (1945-1964) caracterizou-se por grandes transformações no Brasil. O duplo processo de urbanização e industrialização fez surgir novos atores políticos com projetos distintos para o futuro do país e para seu desenvolvimento. Nesse cenário, as transformações internacionais decorrentes da Guerra Fria e as dificuldades de manutenção de uma "relação especial" com os EUA levariam a inflexões na política externa, que, por sua vez, se tornaria alvo de conflitos políticos internos e desconfiança dos EUA.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 28,50

A República Liberal (1930-1945) surge dos dilemas do Estado Novo que lhe precedeu. À crescente urbanização e industrialização do país correspondia um inchaço das cidades, a precarização do poder de compra dos brasileiros. A complexificação da sociedade urbanizada, por sua vez, refletirá uma política externa crescentemente abrangente. A manutenção da "aliança especial" com os EUA, à época, mostraria-se objetivo frustrado de todos os governos do período, apesar da força ascendente do nacionalismo nas principais cidades do país. Trata-se de período relativamente curto, entre duas ditaduras, marcado por avanços e por recuos em vários sentidos.

No que se refere à industrialização e à urbanização, o CENSO de 1940 já revelava um boom da década de 1930. É, contudo, na República Liberal, nas décadas de 1940, 1950 e começo da de 1960 que a urbanização se acelera e a população brasileira se multiplica. Trata-se de uma urbanização concentrada nas grandes cidades do país, por conta da concentração de oportunidades econômicas em poucos polos. São Paulo dirigia esse processo com a liberação dos capitais da cafeicultura reempregados na indústria. A enorme saída de contingentes do campo deve-se, sobremaneira, a (sic) precariedade do meio rural brasileiro e à sua crescente mecanização, também ligada à industrialização por que o país passava. Há, contudo, ondas marcadas de industrialização que se podem associar a governos específicos.

O governo E.G.Dutra, por exemplo, promove ampla abertura tarifária de (sic) 1945 e 1947, capaz de ampliar a capacidade ociosa da indústria nacional, além de da (sic) início à rodovia Rio-São Paulo e à hidrelétrica de Paulo Afonso. O governo de G.Vargas, por sua vez, dá novo impulso à industrialização-urbanização ao concretizar os projetos da CMBEUA, como o BNDE, ou mesmo a propor a criação da Petrobras. O governo Café Filho, com sua instrução 113 da SUMOC, permitiu vasto afluxo de capitais estrangeiros, que marcariam o Governo Juscelino Kubitisheck (sic). JK contaria, ainda, com capitais não só dos EUA, mas de um Japão e de uma Europa recuperados. O período Jânio Quadros e João Goulart, por sua vez, foi de arrefecimento do crescimento, por crise política e econômica. A marca maior de todo o período, entretanto, seria a da crescente participação do Estado, tanto em inversões diretas, quanto no planejamento estratégico.

A realidade interna de um país que se movimentava do rural para o urbano-industrial, do isolamento para o mundo, reflete-se na complexificação dos debates políticos que se ensaiaram na queda do Estado Novo. Movimentos liberal-cosmopolitas e parcelas das classes médias organizaram-se, no período, sob a UDN, contando com o apoio da aeronáutica (sic) e de outros setores das forças armadas (sic). O PSD, de base estadonovista, aglomerava também forças rurais muito relevantes para a economia do país, e se colocava como fiel da balança na luta política da UDN com o PTB. Este, unia o fiel trabalhismo varguista, parcelas nacionalistas das Forças Armadas e diversos movimentos populares.

A história da política interna brasileira reflete-se nos avanços e recuos da política exterior. A manutenção da liderança do PSD no Parlamento perdurou de 1945 até 1962 e viabilizou as dobradinhas PSD-PTB que elegeram Dutra (informalmente via apoio de Vargas), Vargas, JK e João Goulart (vice-presidente em 1961). A UDN, durante o período, resguardou cerca de 20 a 30% do eleitorado e pôde participar dos governos de Café Filho e, indiretamente e brevemente (sic), de Vargas e Jânio Quadros. À (sic) predominância do nacionalismo na política interna, a despeito do banimento do PCB e dos parcos resultados do BLOC, daria força para uma política externa também nacionalista. Contudo, não se pôde apagar a necessidade de financiamento externo, pois o país estava, desde o Acordo Permanente da Dívida de 1943, sem acesso ao mercado de capitais privados. Este (sic) fato é essencial, porquanto orientou todos os governos a buscar apoio dos EUA, ao menos no início dos mandatos.

A política externa de Dutra, por exemplo, tenta reviver a "aliança especial" Brasil-EUA da Segunda Guerra Mundial. Buscava reproduzir novo ganho de produção, como a CSN representara no Estado Novo. A prioridade dos EUA, no entanto, não estava na América Latina, mas na Ásia e na Europa. A estratégia de "band-wagoning" (sic) pode ser detectada na proximidade cooperativa na Missão Abbink-Bulhões, na fundação da ESG, nos moldes da War College, no apoio à OEA e ao TIAR e às gêmeas de Bretton-Woods. Entretanto, o nacionalismo faz-se presente também, de que são exemplos o "demandismo" no sistema GATT-47 e, a partir de 1949, a heterodoxia de Guilherme da Silveira na Fazenda, apoiando, inclusive, a conformação da CEPAL.

O mesmo dilema entre americanismo e nacionalismo verifica-se em Vargas. A CMBEUA, o apoio à invasão na Guatemala (1954), a tentativa de um ajuste ortodoxo de J.M. Whitaker entre 1951 e 1952, entre outros, revelam-se intentos de aproximação com os EUA. O crescente suporte (sic) de Vargas no trabalhismo nacionalista, contudo, revela-se nas críticas de Estilac Leal e outros militares aos acordos de 1951 (areias monazíticas) (sic) e Militar de 1952 com os EUA; na aprovação da lei de remessa de lucros; e, sobretudo, na heterodoxia econômica do final de seu governo, marcado pelos 100% de elevação do salário mínimo; além do corte de investimentos públicos do Governo Eisenhower.

O breve entendimento do Interregno Café Filho com os EUA, contando, inclusive, com um empréstimo do CityGroup americano, deu início à boa relação de JK com Washington. JK e F.Schmidt chegaram, por exemplo, a apoiar as revoluções na Hungria e na Polônia de 1956, marcas de um americanismo cosmopolita que necessitava de capitais para financiar seu Plano de Metas de rápida industrialização. A necessidade de freios de arrumação anti-inflacionários, propostos pelo FMI e apresentados no Plano Lucas Lopes e Roberto Campos, levaria, no entanto, ao rompimento com aquele órgão. Com investimentos europeus e japoneses, JK sentiu-se à vontade para lançar sua Operação Pan-Americana, com apoio latino-americano, para pedir capitais dos EUA, ademais essenciais para a recuperação do café. A visita de Eisenhower ao Brasil, em 1960, reataria as relações Brasil-EUA.

O ensaio de maior autonomia da OPA revelaria a possibilidade de manter-se um pouco mais afastado dos EUA, mesmo que dentro do campo ocidental da Guerra Fria. A Política Externa Independente, de J. Quadros e João Goulart (sic) deu-se no sentido de universalizar as relações exteriores do país, aprofundando as relações econômicas com o bloco soviético, o que atendia aos anseios nacionalistas do eleitorado do PTB que crescia. Os limites econômicos e geoestratégicos da PEI, contudo, revelaram-se na tentativa de J. Quadros de ajustamento econômico (SUMOC 204) e de J. Goulart (Dantas-Bell e Plano Trienal). O próprio apoio dos EUA à queda de J. Goulart também revela os limites externos dessa estratégia, ao mesmo tempo que denota crescente imposição interna do cosmopolitismo e, sobretudo, do anticomunismo, centro nevrálgico da campanha pela queda de 1964.

Lawrence Benaventana Póvoas – 28,50

A instauração da República Liberal (1945-1964) no Brasil, com o fim da Era Vargas (1930-1945) e a promulgação da Constituição Federal de 1946 — de figurino liberal —, inaugurou uma nova fase da realidade política, social, econômica e de política externa na história do Brasil. A crescente industrialização, o rápido processo de urbanização da sociedade e a dinâmica realidade interna de um país em movimento relacionaram-se significativamente à política externa brasileira do período, inclusive no que concerne o papel crucial das relações do Brasil com os EUA.

A República Liberal inicia-se pela eleição do general Gaspar Dutra (1946-1950) como Presidente da República, na esteira das eleições para a Constituinte. Sua candidatura pelo PSD contou com o apoio, mesmo que tardio, do deposto Getúlio Vargas, que contava com as forças ligadas ao trabalhismo, em seguida aglomeradas pela segunda legenda partidária getulista — o PTB —, e até mesmo dos setores comunistas ligados ao sindicalismo, no seio do movimento "queremista", que buscou lançar Getúlio como candidato. Nesse contexto, Dutra assume a presidência em um momento de efervescência político-partidária e de crescentes demandas econômicas e sociais. A legalização do PTB e, inclusive, o bom desempenho eleitoral do partido juntou-se a greves estimuladas por sindicatos e operários afetados pelo custo de vida sem aumentos salariais. Na política externa, Dutra caracterizou-se pelo que Gerson Moura chamou de "alinhamento automático" aos EUA, ligado à percepção de que a participação brasileira ao lado do esforço aliado na II GM (1939-1945) concederia ao Brasil um status de aliança privilegiada para obter recursos para a continuação do desenvolvimento brasileiro. Não obstante, esse "alinhamento sem recompensas" não rendeu os frutos esperados, o que não impediu a instrumentalização da política externa, na lógica de fronteiras ideológicas, especialmente após a Doutrina Truman (1947), na política interna. Nesse sentido, Dutra reprime elementos comunistas, pressiona pela colocação do PCB na ilegalidade (1947), rompe relações diplomáticas com a URSS (1947) e segue a orientação de Washington na política externa, como no voto pelo não reconhecimento da República Popular da China, após o triunfo de Mao, em 1949.

O segundo governo do período viu a volta ao poder de Getúlio Vargas (1951-54) pelo voto popular, com forte apoio das forças dinâmicas do trabalhismo industrial. Influenciado pelo nacional-desenvolvimentismo, coloca em prática uma política de "barganha nacionalista", em que tentará reeditar, em algum medida, a "equidistância pragmática" exitosa no contexto bem diverso da II GM. Nesse sentido, tomará medidas que ora o aproximam do nacional-desenvolvimentismo e o nacionalismo de esquerda, ora do liberal-conservadorismo da UDN de direita, marcado, sempre, pelo contexto interno de industrialização e urbanização. Assim, assina, em 1952, tratado de cooperação militar com os EUA para renovar o equipamento e o treinamento bélico das Forças Armadas; em sentido contrário, nega o pedido dos EUA por envio de tropas e participação na Guerra da Coreia. No plano econômico, promove internamente a campanha pela nacionalização do petróleo sob monopólio da Petrobrás, contrariando interesses dos EUA; prestigia, porém, o apoio dos EUA no âmbito da Comissão Mista (CMBEU) a financiamentos do Eximbank em prol do desenvolvimento industrial e de infraestrutura. Na política externa comercial, por fim, limita a remessa de lucros de empresas estrangeiras, para grande desagrado dos EUA e institui a Instrução 70 da SUMOC para controlar o câmbio e proteger as indústrias nascentes no projeto nacional-desenvolvimentista.

O trágico suicídio de Vargas é seguido pelo breve governo Café Filho, seu vice, que institui a Instrução 113 da SUMOC, favorecendo a entrada de capital estrangeiro — especialmente dos EUA — no país. A importância da medida será percebida no próximo governo que marca o período: a ascensão à presidência de JK (1956-1961), em cujo governo a política externa é definitivamente voltada para o aprofundamento do projeto industrializante. Nessa perspectiva, JK promove a entrada maciça de capitais estrangeiros para financiar os projetos de seu ambicioso Plano de Metas. Paralelamente, lança, como principal medida de política externa, a Operação Pan-Americana (OPA). Em carta ao presidente norte-americano Eisenhower, JK lança uma proposta inovadora que busca equacionar os apelos por desenvolvimento econômico e industrial dos governos anteriores e a lógica da guerra fria de contenção do avanço comunista na região. Dessa forma, a OPA seria uma espécie de Plano Marshall para as Américas, promovendo o desenvolvimento regional como forma de afastar influências comunistas e antidemocráticas do continente. A fria recepção por Washington e o malogro da proposta levam JK a priorizar a busca de novas relações, para além do eixo pan-americano sob a égide dos EUA, o que serve de ponto de partida para o último período.

Os governos de Jânio Quadros e, posteriormente, João Goulart podem ter sua política externa independente (PEI—1961-1964) analisados nesse contexto de busca por maior autonomia para o processo de desenvolvimento, industrialização e busca de soluções para uma sociedade crescentemente urbanizada. Nesse sentido, a PEI substitui a centralidade absoluta dos EUA como eixo orientador da política externa brasileira, pregando o universalismo das relações brasileiras e a implantação do paradigma Norte-Sul, que separava os ricos industrializados e os subdesenvolvidos em busca do aprofundamento da industrialização desenvolvimentista. A nova política, iniciada ainda no breve governo de Jânio, por seu chanceler Afonso Arinos (conservador, ligado à UDN, aliás), foi instrumentalizada por todos os setores da sociedade — Forças Armadas, Parlamento, mídia e pelos próprios presidentes — como forma de apaziguar setores importantes na política eleitoral, tudo em um contexto de crescente polarização em todas as esferas, setores e instituições. Nessa perspectiva, mesmo na PEI de Jânio e Jango (Santiago Dantas e Araújo Castro de chanceleres) esteve condicionada às limitações impostas pelo papel crucial das relações Brasil-EUA. Dessa forma, as medidas independentistas, como o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS (1963) e abstenção na questão Cubana (1962) influenciaram a radicalização e o fim da experiência democrática da República Liberal.

Pior resposta – 20,10

A República Liberal (1945-1964) já caracterizada pela polarização ideológica, entre os projetos nacional-estatista e o liberal-conservador. Apesar disso, ambos ambicionaram um fim comum, o desenvolvimento; o que diferiam eram os meios. Nesse contexto, cabe discorrer acerca da relação entre a realidade interna, marcada por crescente industrialização e a urbanização da sociedade e a inserção internacional do Brasil, a qual ansiava por recursos para seu desenvolvimento interno.

Embora o processo de industrialização já houvesse sido iniciado anteriormente, inclusive no que concerne à indústria de base do aço (CSN), energia (como a hidrelétrica Chesf) e a mineração (Vale do Rio Doce), marcas da Era Vargas (1930-1945) e consideradas frutos das relações Brasil-EUA, o período seguinte (1945-1964) aprofunda essa dimensão. JK simbolizou essa tendência, com seu Plano de Metas, o qual visava a elevar a quantidade de indústrias de bens duráveis (por meio do capital privado estrangeiro) e das indústrias de base (capital estatal), prioritariamente em energia e transportes, mas não exclusivamente, além da construção de Brasília. Consequência disso foi o aumento da classe operária, o êxodo e a intensificação da urbanização é sintomático disso o fato de o PTB, inicialmente terceiro maior partido, ter majorado sua importância e, na década de 1960, ter sido alçado à condição de segundo maior partido, uma vez que era associado ao eleitorado urbano e trabalhador (como os operários). O PSD (associado aos latifundiários) manteve-se como o maior partido e fiel da governabilidade; porém reduziu sua expressividade, ao longo do período 1945-1964.

A política interna do governo Dutra privilegiava, assim como Vargas, o desenvolvimento do país, mas por outros meios. Sua política externa, vetor de oportunidade para as necessidades internas, alinhou-se ideologicamente e de forma automática aos EUA, na tentativa de obter os mesmos frutos que Vargas tinha logrado para o desenvolvimento nacional. Em contrapartida, a realidade internacional era pouco generosa, no governo Dutra, para que se abrisse essa margem. Enquanto no governo Vargas prévio, foi possível barganhar com a Alemanha e os EUA, receber armamentos através do Lend-and-Lease, ter bases militares reformadas, obter financiamento para a CSN e prestígio na paz (ONU), era impossível que Dutra ensaiasse um caminho do meio entre os EUA e a URSS, em contexto de Guerra Fria. Dessa maneira, Dutra não obteve os capitais públicos norte-americanos que demandou, pois a atenção dos EUA estava, igualmente, voltada para a fronteira com o comunismo (Europa e Ásia). Além disso, Dutra não conseguiu o aval dos EUA para a reforma de mais bases militares, embora, em seu governo, o Brasil tenha votado alinhadamente aos EUA na ONU, tenha consentido com a instituição do TIAR e da OEA, sujeitando-se à esfera de influência norte-americana, e tenha adotado uma retórica anti-comunismo, no plano interno (inclusive o TSE cassou o registro do PCB). O chanceler de Dutra, Raul Fernandes, não obstante fosse pró-Estados Unidos, percebeu, assim como Oswaldo Aranha perceberia, na ONU, que os votos alinhados aos EUA não estavam rendendo frutos e, no final do mandado, enviou carta, conhecida como o Memorando da Frustração, ao lamentar o não recebimento de recursos financeiros. Assim, o resultado concreto, embora vago, obtido com a insistência brasileira, foi a institucionalização da comissão mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), a qual começou a funcionar no governo Vargas.

O governo Vargas (1951-1954) foi caracterizado por extrema polarização, a qual teve reflexos em sua política externa. Enquanto tinha ministros nacionais-estatistas como Goulart, no ministério do trabalho, também possuía aqueles afetos ao projeto liberal-conservador. Por isso, houve simultaneamente, atritos com os EUA (com a lei que limitava a remessa de lucros) e alinhamento. Como seus chanceleres (Raul Fernandes e João Neves da Fontoura) eram simpáticos a posição pró-EUA, sua política externa foi mais parecida com a do governo Dutra do que com a do governo de 1930-1945. Exemplo disso é o voto favorável brasileiro à deposição de Jacobo Árbens, na Guatemala, pelos EUA, por ter estatizado empresas de capital estadunidense (o que revelava o quão perigoso era seguir o projeto nacional-estatista), além do acordo militar de 1951, o qual previa a venda de minerais estratégicos, em troca da compra de armamentos usados. Como o último não previa transferência de tecnologia, o oficial Estilac Leal, defensor da maturação tecnológica pelo Brasil, para atingir o desenvolvimento, demitiu-se. A CMBEU previu áreas prioritárias para investimentos, mas com valor substancial (mais de US$40 bilhões) advindos do capital nacional e, apenas, US$380 milhões dos EUA. Apesar de o Brasil ter criado o BNDE e elaborado o Plano Lafer, para o recebimento e a aplicação dos recursos, menos da metade daqueles provenientes dos EUA foram, de fato, concretizados, pois Eisenhower, recém-eleito, extinguiu, unilateralmente, a CMBEU. Adicionalmente, a demissão de Fontoura foi atritosa, pois denunciou um suposto Pacto ABC entre Perón e Vargas, o que não agradaria aos EUA, os quais temiam uma república sindicalista, nem, tampouco, às alas conservadoras do Brasil. Vargas não havia endossado a proposta peronista, mas a imprensa majoritariamente contraria a Vargas (ex: Carlos Lacerda) acirrou as críticas. A isso somou-se o aumento do salário mínimo de 100% de Goulart, o que ensejou a oposição formalizada pelo Manifesto dos Coronéis. O episódio na Toneleros e o Carnaval da Tristeza marcaram o fim da pessoa de Vargas. Mas não do varguismo. Durante o Carnaval da Tristeza, houve depredações a representações diplomáticas e empresas norte-americanas, bem como manifestações urbanas pró-nacional-estatismo. O governo do presidente, Café Filho, adotou política externa novamente alinhada aos EUA.

A polaridade interna ensejou um golpe preventivo de Lott, para efetivar a posse de JK. Seu governo iniciou-se com estabilidade, devido à aliança PTB-PSD. A demonstração da crescente relevância do PTB ocorreu com a obtenção de mais votos para Goulart. Assim como os anteriores, JK busca o desenvolvimento, inicialmente, alinhando-se aos EUA, de que é exemplo a concessão da base para os EUA lançarem foguetes. Entretanto, a Guerra Fria passava por contexto inédito, a partir da Conferência de Bandung e a oportunidade apresentada pelo neutralismo. Nessa circunstância, a política externa de JK passa por guinada mais reivindicatória (um prelúdio para a PEI). A proposta da Operação Pan-Americana, elaborada por Frederico Schmidt, associa a pobreza e o subdesenvolvimento às ideologias exógenas, assim, requisita a ajuda ao desenvolvimento, para prevenir a ameaça comunista. O plano visava a abarcar toda a América Latina e recebeu o apoio de Frondizi, embora resistências de outros países, em contexto de antiamericanismo, reiterado pelos protestos contra a visita de Nixon. Os EUA reagiram à proposta atribuindo maior importância à segurança e fatiando as ideias econômicas no Comitê dos 21, na OEA. Em sua primeira reunião, os EUA enfatizaram que não haveria Plano Marshall para a América Latina. Contudo, quando Cuba tornou-se socialista, em 1961, os EUA vislumbraram a pertinência da OPA, dando origem à Aliança para o Progresso (a qual só concedera recursos para governos não ameaçadores, como Lacerda, quando foi governador de estado), além do Banco Internacional do Desenvolvimento e a ALALC (a qual também era defendida pela CEPAL). Assim, embora os EUA tivessem sido contrários à própria criação da CEPAL, o discurso da segurança em detrimento do desenvolvimento passava a ser um pouco mais equilibrado, pelo menos nesse momento.

Os governos Jânio e Jango representavam o início da Política Externa Independente (PEI), a qual motivou a insustentabilidade dos dois, de alguma maneira, internamente. A busca pelo neutralismo rompia o alinhamento automáticos aos EUA. São ilustrativos disso a missão comercial à China, as condecorações a Che Guevara e a Iuri Gagarin, no governo Jânio; a retomada das relações diplomáticas com a URSS (com quem o Brasil já havia restabelecido as relações comerciais, no governo JK) e a aproximação ao Leste Europeu. A encampação de empresas estadunidenses pelo governo estadual de Brizola, sua campanha pela legalidade também foram fatores que contribuíram para o fracasso de recursos substanciais pelo Acordo Bell-Dantas. O decreto da reforma agrária e a guinada à esquerda de Jango fizeram que os EUA e a CIA patrocinassem instituições como o IBAD e produzissem a Operação Brother Sam, que interviria no Brasil se tivesse havido resistência ao golpe de 1964.

Questão 2

Duas correntes irreconciliáveis [...] a primeira levou-nos à África em busca de escravos para satisfazer as necessidades crescentes do nosso desenvolvimento agrícola [...] a segunda [...] afastou-nos da África por causa da insistência inglesa na abolição do comércio de escravos [...]. Este conflito entre necessidades nacionais e exigências inglesas foi a verdadeira essência da nossa história durante os primeiros cinquenta anos do século 19.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África*: outro horizonte. 2. ed., 2 vols. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 115, com adaptações.

Devo confessar que nada do que aconteceu traz à minha mente qualquer outra impressão senão a de que o governo brasileiro sentiu que o Brasil é impotente para resistir à pressão da Grã-Bretanha.

PALMERSTON a Hudson, Londres, 15 de outubro de 1850. *In: Notes on Brazilian Questions*. CHRISTIE, W. D. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p. 193, com adaptações.

O Brasil foi capaz de conduzir a disputa de uma forma que lhe era favorável e terminar por romper relações diplomáticas com a Inglaterra. Com esse lance, esgotou-se momentaneamente o repertório de medidas contra o governo imperial brasileiro. Sem poder ir além (o que só poderia significar uma invasão, ainda que temporária, do território brasileiro) em retaliações contra o governo imperial e tendo contra si a decisão de arbitragem internacional em relação ao conflito, o governo britânico viu-se na contingência de, na primeira oportunidade, buscar o reatamento das relações diplomáticas. Para o Brasil, a questão Christie significou pôr as cartas na mesa e deixar claros os limites da pressão inglesa.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 46, com adaptações.

Considerando os excertos apresentados, que ilustram a influência britânica na política luso-brasileira do século 19, redija um texto dissertativo a respeito das relações da monarquia brasileira com a britânica, no período pré-independência até a década de 1870. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) a herança lusitana da política externa brasileira;

b) a pressão britânica pelo fim do tráfico de escravos; e

c) as causas do rompimento e do reatamento das relações diplomáticas anglo-brasileiras na década de 1860.

Extensão do texto: até 90 linhas.
Valor: 30 pontos.
Média: 23,73 (total); 24,63 (ampla); 21,02 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 4,024 (total); 3,988 (ampla); 3,004 (cotas/PNE)

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 30,00

Do período pré-independência até a década de 1870, as relações entre as monarquias brasileira e britânica foram fundamentais para o Brasil. Conquanto aparentem indicar, homogeneamente, a impotência do Brasil ante seu maior parceiro comercial no período, como indica o discurso de Lord Palmerston, a realidade é que o governo imperial empreendeu uma série de iniciativas com vistas a esclarecer que não havia subserviência entre os Estados. Essa pretensão tornou-se evidente na Questão Christie, em 196319, e o subsequente rompimento de relações diplomáticas até 1865, mas já havia sido prenunciada em medidas anteriores mesmo à Independência, em 1822. A análise do período, portanto, desvela, de um lado, dependência econômica e política, e, de outro, esforços por maior autonomia.

A dependência de Portugal para com a Inglaterra era longeva e seguiu presente após a transmigração da Corte, em 1807-08, para os trópicos. A historiografia registra o vínculo entre as monarquias europeias desde a Restauração Portuguesa, em 1640, quando Portugal fiou-se da influência político-militar e econômica inglesa para separar-se da União Ibérica; a dependência lusitana, todavia, intensificar-se-ia marcadamente a partir da celebração do Tratado de Methuen, em 1703. No contexto da invasão de Junot a Portugal, em 1807, foram os ingleses que avalizaram a segurança e o êxito da transmigração da Corte ao Rio de Janeiro. A fatura de toda essa dependência política e econômica veio na forma de exigências comerciais benéficas aos ingleses – os quais buscavam avidamente o acesso a novos mercados, após a Revolução Industrial e o Bloqueio de Berlim (1806) – e de uma influência política incontornável do representante inglês no Brasil, Lord Strangford.

Em virtude da insatisfação inglesa em relação à abertura dos portos às nações amigas de 1808, patrocinada pelo Visconde de Cairu, celebrou-se, em 1810, um conjunto de tratados que conferiam vantagens expressivas aos ingleses. O Tratado de Aliança e Amizade previa o acesso de súditos britânicos ao Brasil, a tolerância religiosa e a figura do juiz conservador, além de disposições restritivas ao tráfico de escravos; o de Comércio e Navegação outorgou aos ingleses alíquota aduaneira de 15%, acrescida de cláusula de nação-mais-favorecida, o que permitiria o influxo intenso de produtos manufaturados ingleses no Brasil, em condições mais competitivas, em um primeiro momento, até do que os produtos lusitanos. Politicamente, Strangford atuou de sorte a frustrar as pretensões de Carlota Joaquina e de D. João VI na Primeira Intervenção na Banda Oriental, entre 1810 e 1811. Não obstante, verificam-se tentativas joaninas de ganhar certa autonomia, vis-à-vis a Inglaterra, a saber: a Segunda Intervenção na Banda Oriental, entre 1816 e 1821, desta vez exitosa; o estabelecimento do Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil, em 1816, mediante sugestão de Talleyrand no Congresso de Viena; e mesmo as missões artísticas e científicas francesa e austríaca, bem como o casamento de D. Pedro com Dona Leopoldina.

[19] Foi um equívoco: pretendia escrever 1863.

Ao lograr a Independência, em 1822, o Brasil permaneceu adstrito a fortes laços de dependência para com a Inglaterra, em continuidade histórica da herança lusitana. A despeito de uma tentativa inicial de maior autonomismo, quando da gestão de José Bonifácio no Ministério da Guerra e dos Estrangeiros, a influência inglesa logo fez-se sentir. A Missão Caldeira Brant não atingiu resultados significativos, e os ingleses não apenas mediaram o reconhecimento por Portugal – na figura do delegado Charles Stuart – mas também negociaram o Tratado de 1827 com o Brasil, ambos exemplos de medidas draconianas para o Estado nascente. Decorreu que o Brasil assumiu, na prática, a dívida externa lusitana para com os ingleses, ao pagar-se a soma de 2 milhões de libras esterlinas a título de indenização. Ademais, o Convênio de 1827 estendeu a vigência do conteúdo do Tratado de 1810 – tarifa alfandegária de 15% e nação-mais-favorecida – por 15 anos, submeteu o Brasil ao regime do Tratado de 1817 entre Portugal e Inglaterra, que previa o direito de visita e apresamento em relação a navios negreiros, e consubstanciou o compromisso brasileiro de proibir o tráfico de escravos em três anos.

O engajamento britânico em favor da proibição do tráfico de escravos decorria de razões políticas e econômicas, e assumiu assertividade crescente entre 1810 e 1850. O art. X do Tratado de 1810, firmado com Portugal, restringira o tráfico transatlântico às possessões portuguesas na Costa da Mina e às regiões de Cabinda e Molembo; o Tratado de 1815 proibira o tráfico ao norte da linha do Equador; o de 1817 consubstanciara, como supramencionado, o direito de visita e apresamento. As causas dessa empreitada diplomática foram não apenas assegurar a circulação de capitais e pôr fim a um modelo produtivo incongruente com o liberalismo e a Revolução Industrial, como se sói apontar: devem-se, também, a pressões de grupos humanitários sobre o Parlamento inglês. Assim, a política de pressão perpetuou-se com o Brasil. Ante a ineficácia da Lei Feijó, editada em 1831 para dar cumprimento ao Tratado de 1827, a Inglaterra editou unilateralmente o Bill Aberdeen (1845), apresando e afundando diversos navios negreiros. As tensões atingiram seu paroxismo no quinquênio subsequente, a exemplo do Incidente do Forte de Nossa Senhora dos Prazeres de Paranaguá, de 1850, em que o navio britânico HMS Cormorant trocou hostilidades com uma fortaleza litorânea brasileira. Diante da escalada de tensões, o gabinete saquarema houve por bem aprovar a Lei Eusébio de Queiróz (1850), proibindo o tráfico internacional, sem, entretanto, proscrever o interprovincial ou abolir a escravidão. A esse ponto, ademais, o mercado de demanda por mão-de-obra escrava – especialmente a cafeicultura no Vale do Paraíba – já estava bem aprovisionado de escravos, que haviam entrado em massa nas décadas anteriores.

O exemplo mais conspícuo do desejo por autonomia no Segundo Reinado foi, seguramente, a Questão Christie. Após os reclames do representante inglês por indenização pela carga de um navio britânico naufragado em SC e sua irresignação diante da prisão de dois marujos ingleses no RJ, D. Pedro II anui em efetuar a compensação pecuniária, mas insiste que o "pedido de desculpas" formal pela pressão dos súditos ingleses fosse levada a arbitramento internacional. Tal ocorre e, por decisão do árbitro, o rei belga, declara-se vitorioso o Brasil na lide. Como indica Ricardo Salles na epígrafe, a Inglaterra recusou-se a cumprir o laudo arbitral e, vendo-se atada, rompeu relações diplomáticas com o Brasil. As relações permaneceriam rompidas até 1865, quando, no contexto da Guerra do Paraguai, foram reatadas: para os ingleses, normalizavam-se as relações sem prejuízo à sua imagem orgulhosa internacional; para o Império Brasileiro, retomava-se o contato formal com sua maior parceira comercial e evitava-se, preemptivamente, antagonismos ingleses eventuais à Guerra da Tríplice Aliança.

O período subsequente assistiria à crescente proeminência dos Estados Unidos da América como parceiros centrais do Brasil, eventualmente minando a influência inglesa. A relação conturbada entre as monarquias, do pré-Independência à Guerra do Paraguai, e sua tensão intrínseca entre dependência e autonomismo representaram as dificuldades de se equilibrar a herança lusitana com as aspirações de autodeterminação.

Luiz Carlos Keppe Nogueira – 29,50

O Brasil herdou grande parte do legado da "aliança inglesa" estabelecida por Portugal, o que ocorreu, majoritariamente, em dois planos: o político e o jurídico. No plano político, o período pré-independência foi marcado pela predominância da influência da facção anglófila de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a qual ficou evidente no estreitamento das relações representado pelo apoio inglês à intervenção de D. João na Guiana Francesa, após a transferência da Corte. No plano político, a época pré-independência teve como marcos a assinatura dos Tratados de Navegação e Comércio e de Aliança e Amizade, em 1810. O primeiro estabeleceu a livre-entrada de produtos ingleses, com a taxa alfandegária de 15%. O segundo firmou o compromisso português de cooperar com o fim do tráfico de escravos, posteriormente complementado pelo Protocolo de 1817, que estabeleceu tribunais binacionais e regulamentou o apresamento de navios negreiros pela marinha inglesa. Após a independência, a herança política lusitana mais evidente foi a prevalência dos interesses dinásticos de D. Pedro I, influenciado pelo "gabinete secreto" de portugueses como o "Chalaça", nas negociações para o reconhecimento. Após a demissão de José Bonifácio e o fechamento do Congresso, as negociações resultaram em grandes concessões em troca da manutenção tácita de D. Pedro como herdeiro ao trono. Posteriormente, autorizou-se o uso de dinheiro público para intervenção na disputa pelo trono contra D. Miguel. No âmbito jurídico, a herança decorreu da aceitação, pelo Brasil, da renovação dos tratados de 1810. O comércio internacional brasileiro somente se libertaria, em 1844, das amarras alfandegárias impostas pelos acordos de 1827 e 1828, que, em grande medida, reafirmaram os termos dos de 1810. Pode-se mencionar como heranças lusas, ainda, os conflitos geopolíticos no Prata, os quais resultariam na criação do Uruguai, sob mediação do representante inglês Posonby.

A Inglaterra fez forte pressão em favor do fim do tráfico de escravos, por motivos que iam da influência do cristianismo humanitário no parlamento aos interesses comerciais e industriais. O acordo de Aliança e Amizade (1810) e seu protocolo adicional, como já mencionado, estabeleceram a cooperação para o fim do tráfico, reforçada pelos tribunais criados em Freetown e Rio de Janeiro. A ata do Congresso de Viena previu, ainda, o fim do tráfico ao norte do Equador. Por acordo de 1826, o Brasil se comprometeu a acabar com o tráfico três anos após a ratificação, e aceitou a competência dos tribunais binacionais. A lei Feijó, de 1831, tinha o objetivo expresso de concretizar os compromissos estabelecidos com os britânicos. Após queda inicial da entrada de negros escravizados, no entanto, estabeleceu-se um pacto entre a sociedade – o pecado original da ordem política e jurídica nacional, segundo Alencastro – para desrespeitar a lei. Na época, o emprego de mão-de-obra escravizada por ampla parcela da população viabilizou o consenso para se ignorar as determinações de que os negros que entrassem ilegalmente deveriam ser considerados livres – essa lei seria usada no final do século, por Luís Gama, para promover libertações. O desrespeito à lei de 1831 levou a Inglaterra a ampliar as pressões sobre o Brasil, o qual, na década de 1850, denunciou os acordos precedentes e declarou-se desobrigado a cooperar para o fim do tráfico. A Inglaterra respondeu com o Bill Aberdeen, o qual atribuía competência aos navios ingleses para apreender os navios negreiros em qualquer território oceânico. O Brasil protestou, afirmando que não reconhecia a competência inglesa e mobilizando parlamentares da Inglaterra. Isso não impediu, no entanto, o acirramento das tensões, os quais alcançaram seu ápice com a troca de tiros entre forte brasileiro e navios da armada britânica. As tensões bilaterais prejudicaram os projetos do Brasil para o Prata, onde Rosas ganhava influência. Desse modo, o governo conservador encabeçado por Eusébio de Queiroz e pelo Visconde do Uruguai priorizou o fim do tráfico – o qual interessava, ainda, à parte das elites endividada com os traficantes. Lei de 1851, nomeada "Lei Eusébio de Queiroz", pôs fim efetivo ao tráfico, ao criar tribunais especiais para julgamento, com penas como a expulsão de traficantes. Os compradores, julgados pelo tribunal do júri, eram absolvidos. A lei em questão melhorou as relações com a Inglaterra, porém não impediu deterioração nas décadas de 1860. Viabilizou-se, no entanto, a política de intervenção contra Rosas e Oribe.

Segundo os termos de Tucídides, podem-se dividir as causas do rompimento entre Brasil e Inglaterra entre causas subjacentes e causas imediatas. As causas subjacentes estão relacionadas ao que Cervo denominou "prepotente tradição diplomática palmersoniana". De fato, a imposição inglesa nos incidentes da época reduziu a margem de ação do Brasil. As causas imediatas foram os conflitos envolvendo dois navios britânicos. O primeiro conflito resultou da prisão de marinheiros ingleses embriagados, o que foi considerado um insulto. O segundo deu-se no contexto do afundamento do navio cargueiro Prince of Wales, seguido do que os britânicos consideraram um saque de mercadorias. A imposição inglesa transformou discordâncias pontuais em grave crise diplomática. Exigiu-se a participação nas investigações sobre o afundamento e o suposto saque, bem como o pagamento de indenizações por parte do Brasil. Diante da negativa brasileira, a Inglaterra bloqueou o porto do Rio de Janeiro. O Brasil, então, pagou o valor exigido e, em seguida, cortou relações. O sentimento anti-inglês ganhou a população, como exemplificado pelos ataques às legações do país. Essa foi a questão Christie, nomeada segundo o representante que tomou as decisões mencionadas. Com a partida de Christie e a substituição de Palmerston, criaram-se condições para o reatamento. A decisão arbitral do rei favoreceu o Brasil. A soberana inglesa, desse modo, determinou que o representante de seu país em Buenos Aires transmitisse pedido de desculpas a D. Pedro II. Embora a indenização inicialmente requerida pelo Brasil em função do bloqueio não tenha sido paga, a questão foi superada. Conflitos menores ocorreriam na década de 1860, como o da divulgação inglesa dos termos do Tratado da Tríplice Aliança, mas a cordialidade predominou na relação. Ainda que não prosperem as teses revisionistas de Chiavenato e Pomer a respeito da parceria entre Brasil e Inglaterra para destruir o Paraguai, a retomada das relações possibilitou a compra de armas inglesas pelo Estado brasileiro.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 29,50

As relações da monarquia brasileira com a britânica, hegêmona do sistema internacional, à época do século XIX (sic), é marcada pela permanente tensão, sobretudo no que se refere às questões da escravidão e de comércio, mas também por importantes aportes de capitais para empréstimos e, ao final do século, em forma de investimentos diretos. No que se refere à herança lusitana, pode-se usar a ideia de "diplomacia da fraqueza" (R.Ricupero) para demonstrar como o Brasil, tal qual Portugal, buscará, caso a caso, negociar sua associação a Londres. A dura vitória dos anglófilos de Dom R. Sousa Coutinho, na Corte de D. João VI regente, permitiu a Transmigração, o domínio de Portugal (Lord Baresford) e os Acordos Desiguais de 1810. As negociações tripartites da independência, por sua vez, legaram o bloqueio das relações com África lusa, a promessa de fim do tráfico e a assunção da dívida externa portuguesa.

Do lado positivo dessa herança, pode-se pensar na inigualável estrutura da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, separada da Secretaria da Guerra à época de J. Bonifácio. Independente, o Brasil pôde contar com estrutura burocrática experimentada de muitos "enraizados" na antiga colônia. As missões de reconhecimento enviadas nos anos que se sucederam ao 7 de Setembro são prova disso. Pense-se na estrutura diplomática que permitiu as missões Correa da Câmara ao Prata, Silvestre Rebelo aos EUA ou Ponte Ribeiro à Espanha. Mesmo os canais de Dom Pedro I com a City Londrina (sic) devem ser entendidos como importante legado para a estruturação do país e, sobretudo, para impedir sua depuração nas regências.

Do lado negativo, deve-se pensar, como destaca F. Doratioto, que as rivalidades ibéricas também foram herança lusitana na política externa pátria. No pré-independência, D. João VI revida Napoleão (sic) com a tomada de Caiena (1809-1817) e, mais que nada, dá corpo ao mito da Ilha Brasil ao conquistar, por duas vezes, a Banda Oriental, até incorporá-la. No mesmo sentido, a Guerra Cisplatina, fundamental para explicar tanto a Revolução do 7 de Abril, quanto as tensões permanentes no Prata até a Guerra Oribe-Rosas (1851-1852), deve ser entendida como herança da política de rivalidade ibérica.

No que se refere à questão do tráfico, cumpre destacar que, grosso modo, o período 1800-1850, para a diplomacia britânica nas Américas, é marcado pela diplomacia das canhoneiras. Em 1815, Portugal e Reino Unido fazem tratado pela proibição do tráfico ao norte do Equador. Em 1817, o Reino Unido segue impondo sua agenda, como dívida pelos custos da Transmigração, e impõe a Portugal o direito de visita e arresto dos navios, agora julgados pelas "comissões mistas" de Serra Leoa, Londres e Rio de Janeiro. Com os tratados da Independência (1826), expandem-se a proibição do tráfico e os direitos de visita ao sul do Equador, o que seria confirmado pela Lei Feijó (1831) internamente, punindo traficantes e receptores. A lei inicialmente funciona, mas o boom do café no Vale do Paraíba, a partir da década e 1830, permite vistas grossas de um Governo que dependia de rendas de exportação para se financiar contra os vários movimentos rebeldes até 1845.

Claro que a imposição britânica de todos esses tratados era nutrida por motivos econômicos, mas é a campanha humanitária o principal mote da política externa antitráfico de Londres, como comprovam A.Hoschchild e B. Mamigoniam (sic) em distintas pesquisas. O Reino Unido abole o tráfico em 1808 após ampla campanha Quacker religiosa. Em 1833, abole de vez o tráfico em suas colônias e a escravidão, após destacada revolta Quacker na Jamaica. A partir daí, o antitráfico torna-se agenda direta da política interna e externa de modo ainda mais agressivo. Nesse contexto econômico-comercial e humanitário, Londres começa a reclamar da negativa brasileira de renovar os tratados de 1826.

O Brasil queixava-se das baixas tarifas impostas e entende que, desde 1842, tem autonomia para não seguir os títulos de 1826. Em 1844, data de expiração para Londres, o Rio de Janeiro passa a Tarifa Alves Branco, confirmando o abandono daqueles tratados. Em 1845, subcomissão do Conselho de Estado confirma que as obrigações decorrentes dos tratados de 1815, 1817, confirmadas em 1826 (sic) tinham expirado. Com a nítida sensação de que o Brasil voltaria a traficar oficialmente, Londres passa, em seu ordenamento interno, a Bill Aberdeen, permitindo apresamento de navios negreiros, revivendo os tratados de 1826 unilateralmente. O Parlamento brasileiro revive o projeto Caldeira Brant (1837) em 1848 para tentar liberar receptores de escravos de penas de pirataria, o que leva à rígida aplicação da caça de navios brasileiros, inclusive em águas interiores, sobretudo após 1849, quando a frota inglesa do Prata se libera de Rosas. Incidentes violentos e até a morte de um súdito britânico em Paranaguá apressam o Império, e o Gabinete Monte Alegre, com medo de guerra, passa a Lei Eusébio de Queirós.

A abolição do tráfico como imposição externa tentou ser amenizada por discursos soberanistas, eugenistas e antihaitianistas (sic). Contudo, o nacionalismo estava posto. Some-se a isso a atuação de W. Christie, representante de Londres, quem constantemente rememorava a questão dos negros livres entrados após 1831, como aponta Keyla (sic) Grinberg. A relação piora quando do naufrágio do SS Wales no sul do país e do saque do navio inglês por brasileiros. Christie exige indenizações. Adiciona-se, ainda, o episódio dos marinheiros britânicos presos temporariamente por "arruaça" nas ruas do Rio. Como não conseguiu pedido formal de desculpas nem indenização pelo "desrespeito à extraterritorialidade" dos súditos e pelo saque do navio, Christie bloqueia a Guanabara.

Apesar da curta duração do bloqueio, o nacionalismo revivido toma as ruas do Rio de Janeiro e (sic) D. Pedro II tem de agir para evitar a depredação da legação britânica. O gabinete da Liga Progressista não resiste à pressão popular e rompe relações com Londres em 1863. Acorda-se, no entanto, arbitragem do Rei da Bélgica, pois, se sabia, o Brasil não poderia colidir com o hegêmona internacional às vésperas de nova intervenção no Prata. Apesar do pagamento antecipado de indenização pelo Brasil à Inglaterra, para evitar a guerra em duas frentes, o Brasil vence a arbitragem, em 1865, justamente quando se acelera o teatro de Guerra em Uruguaiana, contra S. López. As relações diplomáticas voltariam ao normal em 1865.

Apesar da solução da "Questão Christie", permanecia o imbróglio escravista brasileiro. Ao longo das décadas de 1870 e 1880, ativistas como Abílio Borges (Sociedade 2 de Julho) e Joaquim Nabuco valeriam-se do que Angela Alonso, em Flores, votos e balas, chamou de "efeito bumerangue" para pressionar, de fora para dentro, pela abolição da escravidão. Logram, por exemplo, moções de repúdio à

Coroa brasileira vindas da British Anti-Slavery Society e de outras organizações, até a abolição em 1888. O período pós-1865 até 1900, contudo, é marcado sobremaneira pela (sic) exportações de capitais britânicos, marca maior das estradas de ferro que surgiam no Brasil. Gradualmente, Brasil e Reino Unido normalizariam suas relações, a despeito do último suspiro de rivalidade na questão de Trindade, em 1895.

Pior resposta – 15,60

A Grã-Bretanha consolidou sua hegemonia sobre Portugal desde o século XVII. Com a transferência da corte portuguesa ao território brasileiro, essa hegemonia será, gradualmente, transferida ao território colonial, e o início da existência do Brasil como país independente será marcado por grande influência britânica. Essa hegemonia começará a ser revertida a partir do processo de consolidação do Estado nacional, na década de 1840. A herança lusitana da política externa brasileira pode ser observada por essa transferência da hegemonia britânica de Portugal para o Brasil. Nesse diapasão, a Grã-Bretanha exercerá grande pressão pelo fim do tráfico de escravos. O rompimento das relações anglo-brasileiras, em 1860, é exemplo da autonomia possível do Brasil nesse eixo de relação assimétrica.

A herança lusitana da política externa brasileira pode ser observada, inicialmente, pelos quadros do serviço exterior, os quais foram formados pela tradição lusa e exerceram atividades diplomáticas no período joanino, quando se praticava uma política externa no Brasil, mas não do Brasil. Outro marco da herança lusitana da política externa brasileira pode ser observado no fato de que, nas negociações para a independência do país, prevaleceram os interesses dinásticos da diplomacia de Bragança, ofuscando os interesses nacionais. Nesse sentido, a Grã-Bretanha será capaz de transferir para o Brasil recém-independente a hegemonia que ela exercera, historicamente, sobre Portugal. Isso é comprovado pela renovação do sistema de tratados desiguais, no marco das negociações para o reconhecimento britânico da independência do país.

As negociações tripartites que levaram ao reconhecimento da independência brasileira evidenciam, sobremaneira, a herança lusitana da política externa brasileira. O Brasil pagará indenização de dois milhões de libras esterlinas a Portugal, concordará em não se aproximar, politicamente, de outras colônias portuguesas na África, D. João receberá o título de Imperador perpétuo do Brasil e houve indicação de que ele havia concedido a independência de livre e espontânea vontade. Charles Stuart, após representar os interesses portugueses, passará a negociar o reconhecimento inglês. No marco dessas negociações, o Brasil irá conceder vantagens alfandegárias para a Grã-Bretanha, extraterritorialidade, além de firmar, em 1826, acordo com o compromisso de abolição do tráfico de escravos no prazo de três anos após a ratificação, que ocorrerá em 1827. Esses tratados desiguais tinham validade por quinze anos, e representam a consolidação da hegemonia britânica.

Outra importante herança lusitana da política externa brasileira diz respeito à rivalidade no Prata. Ao chegar ao território brasileiro, D. João empreende esforços para a ampliação do território meridional da colônia, o que se consubstanciará com seguidas invasões ao território do atual Uruguai. Se é verdade que, incialmente, essas intervenções ocorreram por pedido de Elío, com a posterior saída de Portugal do território, após mediação britânica, após a declaração de independência em relação à Espanha, D. João se sentirá mais livre para atuar. Assim, forças lusas combatem Artigas, derrotando-o, finalmente, em 1820. Em 1821, D. João anexa o território uruguaio como Província Cisplatina. Em decorrência da herança lusitana sobre a política externa brasileira, D. Pedro I irá se envolver em uma guerra com as Províncias Unidas pela manutenção dessa província. A Guerra da Cisplatina (1825-1828) é iniciada após a Cisplatina declarar sua independência em relação ao Brasil e juntar-se às Províncias Unidas, movimento que foi bem recebido pelos argentinos. Ao longo do período imperial, o contexto de rivalidades no eixo assimétrico de relações irá continuar e o Brasil buscará, por diversas vezes, conter o expansionismo argentino no Prata.

A influência britânica na política externa brasileira é evidenciada pela pressão exercida por esse país pelo fim do tráfico de escravos. Em 1807, com o fim da escravidão na Grã-Bretanha, motivado por questões humanitárias, a Grã-Bretanha iniciará seus esforços pelo fim do tráfico. No contexto de transmigração da corte de Portugal para o Brasil e de consubstanciação dos sistemas de tratados desiguais, D. João irá fazer o primeiro compromisso vago de abolição do tráfico de escravos. Esse compromisso será renovado, em 1815, no âmbito do Congresso de Viena, momento em que é acordada a abolição do tráfico de escravos ao norte do Equador. Posteriormente, em 1817, Portugal e Grã-Bretanha firmam protocolo adicional, que garante o direito de busca em navios suspeito de estarem realizando o tráfico e a formação de comissões mistas, em Serra Leoa e no Rio de Janeiro.

A pressão britânica pelo fim do tráfico de escravos irá continuar, conforme mencionado anteriormente, no contexto das negociações da independência brasileira. Em 1826, o Brasil concorda em eliminar o tráfico de escravos no prazo de três anos após a ratificação, a qual ocorre em 1827. Sendo assim, em 1830, encerra o prazo para que o Brasil cumpra o compromisso. O país tenta, inutilmente, dilatar esse prazo, sem a concordância britânica. Em 1831, o país aprova a Lei Feijó, que proíbe o tráfico de escravos e considera o tráfico pirataria. Em um contexto de fragilidade do Estado, a Lei Feijó é marcada pela inoperância, entrando para a história como uma "lei para inglês ver". Isso ocorria devido à fragilidade do Estado brasileiro e às crises do Primeiro Reinado.

Durante o período regencial, a Grã-Bretanha continuará exercendo pressão pelo fim do tráfico, mas o Estado brasileiro não é capaz de dar efetividade à Lei Feijó. Isso levará a uma tensão crescente com a Grã-Bretanha. A década de 1840 marca o período no qual o Estado brasileiro começa a se consolidar, superando a fragilidade do período regencial. A partir dessa década, o país buscará reduzir a influência exercida pela Grã-Bretanha, o que se comprova pela indisposição em renovar os tratados desiguais. Em 1842, o Brasil notifica a Grã-Bretanha que não os renovaria, o que provoca celeuma nas relações bilaterais, e o Brasil concede prazo de mais dois anos como meio de superar o impasse. Em 1844, o Brasil aprova a Tarifa Alves Branco, marca dessa busca de autonomia e da tentativa de superação das dificuldades fiscais do Estado brasileiro. Além disso, posteriormente, informa a Grã-Bretanha o fim da vigência dos acordos anteriores relativos à abolição do tráfico.

Em decorrência da postura brasileira, a Grã-Bretanha passa a agir de maneira unilateral, fazendo aprovar, em 1845, a Lei Aberdeen, pela qual se arroga o direito de vistoriar navios suspeitos de realização do tráfico e de julgá-los pelo Tribunal do Alto Almirantado. A medida britânica, além de inamistosa, ferindo a soberania e o orgulho nacionais, leva ao aumento do tráfico de escravos entre 1845-1850. Com a solução de compromisso alcançada entre Grã-Bretanha e Províncias Unidas, em 1849, os navios britânicos se deslocam para o patrulhamento do tráfico, ocasionando incursões, inclusive, em águas territoriais brasileiras, o que é fonte de conflitos. A ação brasileira dificulta o tratamento da questão pelo governo imperial. Apenas em 1850 é aprovada a Lei Eusébio de Queiroz, e o contexto de maior estabilidade do governo assegura que o tráfico seja, efetivamente, extinto.

O rompimento das relações entre Grã-Bretanha e o Brasil, na década de 1860, decorreu da atitude inamistosa de Wiliam Christie e da busca de legitimidade interna do Partido Progressistas por meio de sua atuação externa. William Christie exigiu indenização pelo naufrágio de embarcação britânica, no litoral sul do país, e posterior roubo da carga que chegou ao litoral. Além disso, exigiu pedido de desculpas pela prisão de soldados britânicos que haviam causado arruaça, no Rio de Janeiro, mas cuja prisão havia sido liberada, na manhã seguinte, ao se constatar que se tratava de oficiais ingleses. As exigências descabidas de William Christie, e a maneira agressiva como buscou efetivar suas demandas, levaram a que o Brasil pagasse a indenização solicitada, em protesto, mas que não realizasse pedido de desculpas. Ato contínuo, rompeu relações com a Grã-Bretanha. A questão só foi resolvida em 1865, após arbitramento, no qual foi considerado que o Brasil tinha razão. Nesse contexto, a Grã-Bretanha realizou pedido formal de desculpas, e as relações diplomáticas anglo-brasileiras puderam ser reatadas.

Questão 3

A agenda republicana substituiu o Poder Moderador – a chave da organização política do Império – pelo princípio da divisão e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, garantiu a liberdade religiosa, extinguiu a vitaliciedade do Senado e aprovou o sufrágio universal, em lugar do sistema censitário até então vigente.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 320.

Considerando que o excerto tem caráter meramente motivador, disserte a respeito do voto durante a Primeira República. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

a) os efeitos da promulgação da Constituição de 1891;

b) as características do sistema eleitoral; e

c) a implementação de medidas concernentes à cidadania e aos direitos políticos no Brasil do período.

Extensão do texto: até 60 linhas.
Valor: 20 pontos.
Média: 12,09 (total); 12,58 (ampla); 10,60 (cotas/PNE)
Desvio padrão: 2,089 (total); 2,093 (ampla); 1,31 (cotas/PNE)

Arthur Lomonaco Beltrame – 16,50

A promulgação da Constituição de 1891 alterou, substancialmente, questões relativas à vida política no Brasil. Ao inaugurar um novo sistema de governo, a República, observou-se uma organização política dividida em três Poderes, com um novo sistema eleitoral no qual o cidadão participaria também da eleição dos chefes do Executivo, os quais, necessariamente, deveriam se alternar no poder, nos termos no artigo 53[20] da Carta de 1891. No entanto, em que pese um pequeno avanço em relação a medidas de cidadania e direitos políticos, o período da Primeira República pecou por sua baixa implementação, dada a exclusão de mulheres e analfabetos.

Nos termos da Constituição de 1891, institui-se o sufrágio universal, porém somente masculino, o qual seria exercido periodicamente, de maneira aberta, sob a lógica do "cidadão-herói", e sem a participação de mulheres, praças, padres, mendigos e analfabetos, estes que contabilizavam a imensa maioria da população brasileira. No entanto, ao mesmo tempo em que a promulgação do novo texto constitucional buscava a edificação de um sistema mais democrático em termos políticos, com o fim do voto censitário e da vitaliciedade do Senado, a Constituição apresentaria os instrumentos que condicionariam e caracterizariam o novo sistema eleitoral, em especial pelo papel jogado pela Comissão de Verificação de Poderes após a implementação, por Campos Salles, da Política dos Governadores.

O sistema eleitoral da Primeira República seria caracterizado pela frequente utilização de expedientes de fraude e de violência em praticamente todas as eleições. O voto aberto, presente no texto constitucional, expunha os eleitores a maior controle por parte das forças políticas e econômicas locais, ao passo que a criação da Comissão de Verificação de Poderes beneficiava excessivamente os grupos políticos de situação. Como consequência, o voto de cabresto se tornou prática comum a nível local, enquanto as fraudes para a validação de candidaturas e de eleição eram comuns a nível de governo. Ademais, após a elaboração da chamada Política dos Estados ou Política dos Governadores, as forças do Legislativo foram progressivamente sendo submetidas aos interesses do Executivo por meio do controle de bancadas, dos apoios a nível federal, estadual e municipal, e do fortalecimento do coronelismo local.

No entanto, deve-se destacar, ao longo do período, as iniciativas de diversos atores políticos e sociais para a moralização das eleições e para a constituição de uma Justiça Eleitoral. Dentre essas iniciativas, merecem destaque a Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1910, a Reação Republicana de Nilo Peçanha, em 1922, as revoltas tenentistas da década de 1920, até certo ponto, e, por fim, as propostas da Aliança Liberal de Getúlio Vargas e João Pessoa em 1930.

Desde a promulgação da Constituição de 1891, em relação ao voto e à implementação de medidas concernentes à cidadania e aos direitos políticos no período, notou-se uma insuficiente, incompleta e restrita realidade. Inicialmente, destaca-se a ausência da presença feminina, seja como eleitora ou elegível, minando da participação política e da efetiva cidadania aproximadamente metade da população nacional. Simultaneamente, a falta de direitos políticos aos analfabetos impactava negativamente a cidadania em dois vetores: no primeiro, deve-se considerar a grande restrição à alfabetização no país, em especial por não ser o Estado responsável por ela nos termos da CF/1981; no segundo, dada a recentíssima abolição da escravidão, observou-se a exclusão política de um imenso contingente populacional, geralmente também analfabeto e comumente relegado à mendicância.

A proclamação da República representou o início de um novo sistema, o qual substituiria as arbitragens do Poder Moderador, com a devida divisão e equilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário, e a implementação de um sistema de alternância no poder com eleições periódicas para Executivo e Legislativo. No entanto, as restrições em respeito ao voto e aos direitos políticos, assim como as perversões que as elites políticas fizeram de seus instrumentos, resultaram em um período de baixa participação política e insuficiente construção da cidadania.

[20] Na verdade, é o artigo 43.

Joaquim Pedro Strunck da Silva Pinto – 16,20

O Golpe Republicano de 1889 contou com o apoio de republicanos históricos que já tinham apoiado reformas "moralizadoras" do sistema eleitoral do Império, como a Lei Saraiva. Contudo, queria-se mais. É apenas com a Constituição de 1891 que pautas antigas como o fim do senado vitalício ganhariam espaço. O Regulamento Alvim organizou as eleições para o Congresso Constituinte, já sem o voto censitário e o censo literário, mas colocando limites importantes quanto ao tempo de naturalização brasileira mínimo para se candidatar. Com ele, formou-se Congresso repleto de republicanos históricos, republicanos do "14 de Maio", federalistas, militares e algumas figuras das classes urbanas que começavam a se formar. O voto na Primeira República refletiria esse cenário.

A Constituição de 1891 estabeleceu o voto aberto, favorecendo o "eleitor herói", que, na prática, facilitou fraudes. Também substituiu os círculos plurinominais (reforma S. Ferraz) que se mantinham pela centralização das listas fechadas na capital do Estado, facilitando as práticas da "degola" e do "bico de pena" de adulteração das atas pelas comissões estaduais nas capitais. Ainda, fez cair o voto censitário e o censo literário, o que ampliou a franquia eleitoral em muito. Manteve também os limites mínimos de tempo de naturalização brasileira para se candidatar, mais elevados para senador que para deputados. A Igreja perdia de vez a incumbência do registro civil de eleitores de paróquias, como também as notoriedades de paróquia (sic). Estava montado o sistema legal para a estabilização de uma "política dos governadores" que tomaria lugar após os anos iniciais de conflito.

O sistema eleitoral até 1898 esteve convulsionado por conta das guerras civis, como as revoltas da Armada, Federalista e Canudos, marcando-se pela gradual transição de poder do PRF de F. Glicério para o PRP de P.Morais e C.Sales, ao longo do mandato de F. Peixoto. A chegada de C. Sales ao poder estabiliza o sistema. Em Da propaganda à Presidência, C. Sales explica sua "política dos estados", responsável por ser a Primeira República a mais estável/duradoura era republicana. O Presidente da República ganharia autonomia para governar, marca do administrativismo (sic) de então, comprometendo-se com não intervenção nos estados, já que o "salvacionismo" de F.Peixoto marcara os ditos "anos entrópicos" entre 1889 e 1898.

O acordo de cavalheiros entre o Presidente da República e os presidentes de Estado de mútua não intervenção congelou virtualmente a disputa de poder, com os que já comandavam o processo no Poder. Isso foi possível porque se alterou a regra da Comissão Verificadora da Câmara, agora ocupada pelo seu último ocupante, o que garantia a continuidade do acordo. Nesse sentido, a luta política saiu do escopo nacional e recolocou-se no âmbito dos estados. Lá, sim, houve certa disputa pelo controle do voto estadual. São prova disso o racha PRP e PD em São Paulo, o Pacto de Pedras Altas no Rio Grande do Sul ou a Revolta de Crato contra os Accyoli (sic) no Ceará. Em termos nacionais, contudo, vale citar o salvacionismo hermista, de base militar positivista, e o civilismo (sic) de Rui Barbosa que durante todo o período foram anátemas da "política dos estados".

A cidadania e os direitos políticos seriam, dessa forma, mote de fortes campanhas. A Campanha Civilista de 1910 de Rui Barbosa, derrotada à Presidência, (sic) foi marco das demandas de moralização do voto, pelo voto secreto (sic). O salvacionismo hermista e as intervenções federais na Bahia, Pernambuco e Ceará, durante seu mandato (sic) também tinha esse cunho de moralização da política e de diminuição do poder dos "coronéis" locais. O Código Civil de 1916, de C. Bevilácqua (sic), apesar de ter organizado a estrutura jurídica de todo o país em moldes liberais, dava irrestrito apoio à "autonomia da vontade" das partes, o que não representou ganhos efetivos em termos de direitos políticos ou sociais, como acusava, à época, Rui Barbosa.

É com a ascenção do tenentismo, na década de 1920, que a pauta do voto secreto ganha corpo, indo parar no programa da Aliança Liberal, vencedora nas armas da Revolução de 1930. Quanto à cidadania em escopo mais amplo, vale lembrar que as greves anarquistas de 1917 e a adesão à Liga das Nações, em 1919, levariam, de um lado, à conformação de caixas previdenciárias; de outro, elevaria (sic) o tom da repressão, do que são provas a Lei Adolfo Gordo, embora anterior (1907), a Lei Celerada (1928) e o próprio fechamento do PCB, no ano de sua inauguração. Os direitos sociais seriam a ênfase do regime varguista que se seguiria. Os direitos políticos, contudo, teriam de aguardar até a República Liberal para se verem amplamente garantidos, apesar do breve interregno de 1933-1934.

Luis Felipe Yonezawa Fernandes – 14,40

A Constituição de 1891 inaugurou, a nível do ordenamento jurídico formal, o republicanismo enquanto forma de governo do Brasil, rompendo com a tradição imperial da Carta de 1824. Elaborada após o Regulamento Alvim (1890) e editada no intuito de consubstanciar maior federalismo entre os Estados, não foi acompanhada, todavia, de ganhos democráticos efetivos no que tange ao direito de voto. Sua moldura institucional, ademais, logo foi aproveitada e manobrada pelo Presidente Campos Salles, que estabeleceu a Política dos Governadores e, assim, o controle da máquina pública pelas oligarquias. As expectativas com a República, portanto, não se traduziram em representatividade política autêntica.

A Constituição Republicana de 1891 foi editada após o golpe militar que estabeleceu a República, ocorrido em 1889. No contexto do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca e do gabinete Lucena e na intenção de levar a descentralização a cabo, aprovou-se uma Carta singularmente distinta da anterior. Os Estados (não mais províncias) angariaram expressiva autonomia financeira – a exemplo da competência sobre os impostos de exportação – e militar – com a constituição de exércitos estaduais e mesmo de engajamentos internacionais dos Estados em matéria de defesa, como ilustra a Missão Militar Francesa em São Paulo de 1906; afirmou-se a laicidade da República, com cemitérios secularizados e registros e casamentos civis; aboliu-se a vitaliciedade do Senado, objeto de críticas antigas, como se depreende dos discursos do Padre Feijó; proscreveu-se a guerra de conquista, nos termos do art. 88. Embora os direitos humanos de segunda geração somente figurassem na Constituição de 1934, a de 1891 trouxe inovação fundamental quanto aos direitos de primeira geração, em especial no que concerne aos direitos políticos. Rejeitando o modelo excludente de voto censitário da Constituição de 1824, pontificou o sufrágio universal masculino – entretanto, como logo restou claro, o modelo não seria menos excludente.

O voto foi estendido aos brasileiros capazes, mas se manteve a vedação aos analfabetos. Essa herança da Lei Saraiva, de 1881, significativamente reduzia a participação popular nos escrutínios, tendo em vista a elevada taxa de analfabetização que então prevalecia. Ademais, o voto era aberto, o que logo permitiu a manipulação e a arregimentação dos eleitores conforme os interesses dos coronéis. O voto de cabresto, como analisa Victor Nunes Leal em Enxada, Cabresto e Voto[21], era fruto da articulação, pelo coronel, da violência e do favor, aplicados com vistas a garantir a vitória das oligarquias. É a manifestação local da Política dos Governadores, artifício político acordado por Campos Salles, Silviano Brandão (MG) e Luiz Viana (BA) como sucedâneo ao Poder Moderador, conforme avaliação de Renato Lessa em A invenção Republicana.

[21] Quis dizer: Coronelismo, Enxada e Voto.

Segundo a Política dos Estados, o Executivo central asseguraria vantagens aos Estados caso os governadores arregimentassem os coronéis para assegurar a vitória das oligarquias nas eleições. A eventual insurgência de um Estado ante os desígnios do poder central era contida por intervenção armada ou articulação política, com vistas a conformar os descontentes ao sistema. No plano das ideias, como assinala Renato Lessa, precipitou-se certa homogeneização ideológica, resumida na preocupação fisiológica com a perpetuidade das elites no poder e na promoção dos interesses dos cafeicultores, em maior ou menor grau. O sistema funcionou bem, à exceção das cisões oligárquicas em 1910 (eleição de Hermes da Fonseca, com oposição da campanha civilista de Rui Barbosa), 1922 (eleição de Arthur Bernardes) e 1930 (eleição de Júlio Prestes, com oposição da Aliança Liberal, entre Getúlio Vargas, João Pessoa e, como apoio, o PD, fundado em 1926). Caso um parlamentar que não interessasse às elites fosse eleito, seu mandato era cassado pela Comissão Verificadora de Poderes, a "degola da oposição". A atuação decisiva de José Gomes Pinheiro Machado durante o governo Hermes da Fonseca, constitui exemplo eloquente de que o voto popular não prevalecia diante dos interesses oligárquicos.

"A República que não foi"; "o teatro das oligarquias". Esses epítetos, respectivamente de José Murilo de Carvalho e de Cláudia Viscardi, evidenciam que o "dever-ser", consubstanciado no sufrágio universal previsto na Constituição de 1891, cedeu face à pressão do "ser", isto é, dos interesses oligárquicos. À juridicamente questionável assunção do poder por Floriano Peixoto, em 1891, seguiu-se a Política dos Governadores, o Pacto de Ouro Fino (1913) e a subversão e a frustração da noção de cidadania no Brasil. A insatisfação com esse modelo despontou já no salvacionismo, mas viria verdadeiramente à tona com a Revolução de 1930.

Pior resposta – 8,80

A Constituição de 1891, forjada pelas influências das Constituições norte-americana e argentina, provocou alterações radicais ao Estado brasileiro, ao menos em seu formato político-institucional. Assim, características de exclusão das classes menos abastadas da vida política do país continuaram a ser notadas, inclusive com alguns retrocessos no que diz respeito a direitos sociais.

A Constituição estabeleceu legalmente o regime republicano, pondo fim ao Poder Moderador, exercido pelo Imperador outrora, e constituindo um sistema de "*check and balances*" entre o Legislativo, Executivo e Judiciário. Nesse âmbito, o mandato do presidente seria de cinco anos e sua primeira eleição seria indireta; o Legislativo continuaria a ser bicameral, mas com o fim do senado vitalício, demanda antiga de liberais e republicanos no Império. Ademais, o pluripartidarismo foi consagrado, apesar de os partidos serem estaduais, com poucas tentativas de agremiações federais, como o PRF (1893-97) e o PCB (1922). Ademais, o Estado tomou a formação de federação, não mais unitário, como antes, o que ensejou demasiada autonomia, permitindo às unidades de Federação organizar suas próprias forças e contrair empréstimos no exterior, praticando uma "paradiplomacia". O Estado era laico, não mais professava o catolicismo, distintamente da Carta de 1824; e, estranhamente, a educação básica deixou de ser uma obrigação estatal. Pela primeira vez, todos eram iguais perante a lei, provocando a "racialização" tácita da cidadania, não mais a legal, que excluía os negros escravizados.

O sistema eleitoral, inaugurado pela Carta de 1891, acabava com o critério censitário de renda para ser eleitor no país; mantinha, contudo, o critério de alfabetização para exercer o direito político, como havia sido ainda no Império pela Lei Saraiva (1885) e só seria derrogado em 1985, por emenda promulgada por Sarney. Qualquer eleitor era, então, elegível. Os partidos herdaram suas bases regionais do Império, perpetuando-as na nascente República. Os principais eram o PRP (de São Paulo), PRM (de Minas Gerais) e o PRR (do Rio Grande do Sul). O sistema fragmentado vai necessitar de formular alianças interoligárquicas para alcançar a presidência; nasce, desse modo, com Campos Salles, o pacto entre MG e SP, não escrito, para alternarem-se no poder. Nem sempre funcionará bem, enfrentando crises periódicas, como ficaria provado pela Campanha Civilista (1910) em que São Paulo lança Ruy Barbosa, para se manter na Presidência, após morte de Afonso Pena, contra Hermes da Fonseca, representante de MG. O Pacto de Ouro Fino foi outra tentativa de evitar novas cisões entre ambos; contudo a Reação Republicana buscou romper essa hegemonia, lançando Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro, contra o mineiro Artur Bernardes. A última crise do sistema foi a própria Rev. de 1930, após Washington Luís apoiar J. Prestes (SP) para a PR, ao invés de um mineiro. O Pacto de Ouro Fino buscou também o crescimento do RS na política nacional, articulado pelo senador Machado, nacionalmente, e Borges de Medeiros, no Estado.

Segundo alguns autores, o que se verifica na construção da cidadania no Brasil é uma inversão da pirâmide-sequência de aquisição de direitos de T.H. Marshall, pois os direitos sociais viriam antes dos civis no país. Na CF/91, percebe-se que os direitos políticos foram contemplados, mas não plenamente concretizados, de modo que os cidadãos comuns assistiram "bestializados" à Primeira República, sem participação efetiva. As eleições eram apenas "teatro de sombras" dos conflitos entre os coroneis que sustentavam os governos estaduais, que, por seu turno, influenciavam os parlamentares. O voto a descoberto e o uso de favores caracterizavam a fragilidade; as alterações de atas eleitorais eram constantes, na colmeia oligárquica, assim como o uso do nome de pessoas mortas, crianças e analfabetos. O sistema excluía mulheres, praças e religiosos de claustro. A Comissão de Verificação de Poderes garantiam a manutenção do status quo e a máquina das interventorias. As eleições do cacete eram comuns, e direitos civis, como assistência judiciária, só viria com a CF/34. Ademais, não havia justiça eleitoral; a Emenda de 1926, de Artur Bernardes, permitiu a legislação dos direitos trabalhistas ao Congresso, mas concentrou poder no Executivo.

Questão 4

Em 15 de março de 1979, dia da posse do presidente João Baptista Figueiredo, um encontro de alto nível entre as diplomacias argentina e brasileira selou a decisão de solucionar o contencioso pela utilização dos recursos hídricos da Bacia do Prata. Menos de seis meses mais tarde, as chancelarias dos dois países acordavam a normalização de suas relações, turvadas havia mais de um decênio.

Inesperadamente, um projeto inovador ganhava vida no Cone Sul, ao redefinir o cenário regional nos respectivos aspectos estratégico-militar, econômico e político. Tratava-se de um paradoxo: no momento mesmo em que a estratégia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro começava a perder o fôlego em razão da crise financeira da década de 1980, a diplomacia ultrapassava seu último desafio crucial na região – a normalização das relações com a Argentina em uma amizade calcada na concertação política e, em seguida, na integração comercial.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, v. 45, n. 1, 2002, p. 117, com adaptações.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, disserte a respeito da política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de 1980 e de 1990.

Extensão do texto: até 60 linhas.

Valor: 20 pontos.

Média: 12,9 (total); 12,66 (ampla); 13,60 (cotas/PNE)

Desvio padrão: 2,496 (total); 2,387 (ampla); 2,971 (cotas/PNE)

Thayana Stocco do Amaral – 18,20

A política externa brasileira dos anos de 1980 e 1990 aproximou o Brasil dos países do Cone Sul. A superação da rivalidade entre Brasil e Argentina foi fundamental para os novos rumos. Cabe, nesse sentido, discorrer sobre o adensamento desses relacionamentos.

Embora houvesse regimes militares tanto no Brasil quanto na Argentina, desde a década de 1960, o crescimento econômico brasileiro do milagre alçava o país à categoria de hegemônico regional, a qual a Argentina aspirava, historicamente, desde os anseios pela reconstituição do vice-reinado do Prata. A ata Cataratas, entre Brasil e Paraguai, de 1966, ensejara contundentes protestos da Argentina, pois além de Buenos Aires poder ser inundada, no caso de algum rompimento de barragem, isso inviabilizaria a usina de Corpus Christi. Inclusive, houve protestos argentinos na Conferência de Estocolmo, em 1972. O acordo tripartite Brasil-Argentina-Paraguai ocorreu em contexto de distanciamento, graças à derrubada do governo de Isabelita Perón, a qual era fortemente contrária a uma amizade brasileiro-argentina, e de ascensão de militares que compactuavam com a ideologia da ditadura militar brasileira (1964-1985) de segurança nacional, além da rivalidade entre Argentina e Chile pela posse do Canal de Beagle. Assim, compatibilizaram-se a Usina Itaipu com o projeto de Corpus. A aproximação entre Figueiredo e Videla estendeu-se também a trocas de visitas.

A redemocratização no Brasil e na Argentina permitiram aprofundamento da aproximação. A área nuclear foi um setor em que o acercamento determinou a construção da confiança mútua. A declaração de Iguaçu entre Sarney e Alfonsin foi importante para essa cooperação na área nuclear, ao dispor que essa era fundamental para o desenvolvimento dos países, a qual passava a ser visto não mais como uma lógica de soma-zero, mas de complementação. A institucionalização da ABACC e seu acordo com a AIEA, antes mesmo de o Brasil assinar o TNP, consolidou a cooperação para a utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

A vertente comercial também foi imprescindível para essa parceria. O Tratado de Integração e Cooperação Econômica (TICE) seguido pelo Programa de Integração (PICE) já haviam incrementado as trocas comerciais, como a venda de trigo argentino e de máquinas e equipamentos brasileiros. A previsão para o livre comércio em 10 anos foi reduzida pelo impulso dado por Collor e Menem à abertura econômica. Assim, houve a ascensão do interesse de Paraguai (o qual já era aliado ao Brasil desde o governo Stroessner) e Uruguai, os quais ampliaram o ACE-14, firmado por Brasil e Argentina, para incluir os quatro, no Tratado de Assunção. Esse previa um Mercado Comum e sua tarifa externa comum passou a vigorar já em 1995, embora existam exceções a ela até hoje e embora se tenha avançado apenas em uma União Aduaneira, em vez de em um Mercado Comum.

Adicionalmente, a mediação papal possibilitou a distensão entre Argentina e Chile, fazendo que o Chile seja um Estado associado ao Mercosul. Essas relações no Cone Sul exigiram que as tropas brasileiras, historicamente, concentradas no Sul do país, fossem, em grande medida, deslocadas para outras áreas como a amazônica, o que revela que os países do sul lograram a concertação pacífica.

A infraestrutura é outro tema relevante para a política externa brasileira para o Cone sul desde o apaziguamento com a Argentina. A inauguração de pontes da amizade e a institucionalização do FOCEM ensejou que o comércio tenha crescido mais de 9 vezes desde a criação do MERCOSUL, o qual, inclusive, permitiu e permite que o exporte majoritariamente produtos manufaturados, grandemente proporcionados pelas indústrias instaladas no período do regime militar.

As crises da dívida também provocaram concertação entre os países, na década de 1980, de que são exemplos o Consenso de Viña del Mar e as tentativas de multilateralizar a renegociação das dívidas, as quais acabaram sendo feitas bilateralmente. Ademais, o Grupo de Apoio a Contadora já revelava, desde a década de 1980, que países do Cone Sul tinham posições semelhantes em relação aos EUA e a paz em todo o continente. Na década de 1990, as relações Brasil-EUA melhoraram, assim como as argentinas-estadunidenses, o que demonstra que, desde a reaproximação brasileira-argentina, há sintonia mesmo entre as relações desses com o maior país do continente, o qual, anteriormente, havia mesmo suscitado rivalidades e acusações de sub-imperialismo brasileiro, sob comando dos EUA.

Arthur Lomonaco Beltrame – 16,10

A política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de 1980 e 1990 é intimamente permeada pela normalização das relações com a Argentina. O entendimento entre as partes, iniciado pela assinatura do Acordo Tripartite, em 1979, seguiria pela construção de confiança mútua, resultando em uma amizade amparada na concertação política e, em seguida, na integração comercial que se expandiria regionalmente, incluindo diretamente Paraguai e Uruguai, assim como acordos comerciais com Bolívia e Chile.

Com o sepultamento do litígio relativo ao aproveitamento de águas para a construção de hidrelétricas, ocorrido mediante a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai, o qual conciliou a construção das hidrelétricas de Itaipu e Corpus, iniciou-se período de construção de confiança na região. Como principais atores do Cone Sul, Brasil e Argentina assinaram, em 1980, um Acordo de Cooperação Nuclear para superar desconfianças. Em 1982, no entanto, com o início da Guerra das Malvinas, a região do Cone Sul tornar-se-ia mais sensível. O Brasil, ao adotar aquilo que Moniz Bandeira denominou "neutralidade imperfeita", mostrou sua solidariedade aos direitos argentinos, porém pelo fim do conflito armado. Posteriormente, pode-se destacar a atitude brasileira de representar os interesses da Argentina em Londres até a década de 1990.

A política brasileira para o Cone Sul, iniciada por Figueiredo e Saraiva Guerreiro, manter-se-ia e seria aprofundada com a redemocratização e ascensão de José Sarney à Presidência. Nesse momento, destaca-se a relação de proximidade estabelecida entre o presidente brasileiro e Raul Alfonsín, como comprovado pela Declaração de Iguaçu, de 1985. O que se segue é a construção de uma relação de concertação e integração, por meio do Programa de Integração e Cooperação Econômica (1986) e do Tratado de Integração e Cooperação para o Desenvolvimento (1988), o qual visava o estabelecimento de um mercado integrado até 1998. Essas iniciativas de desenvolvimento pela integração seriam aperfeiçoadas pela Ata de Buenos Aires (1990) e, finalmente, pelo Tratado de Assunção (1991), que, incluindo Uruguai e Paraguai, previa a constituição do Mercosul. Essas medidas de integração não excluiriam outros atores regionais, de modo que o Mercosul buscaria concluir tratados de comércio e associação com todos os países da América do Sul, permanecendo aberto à adesão para aqueles membros da ALADI.

A política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de 1980 e 1990 incluiu, ainda, importante fator de confiança e segurança na área nuclear. Após o Acordo de 1980, Brasil e Argentina dariam prosseguimento ao tema com a Declaração de Iperó (1988) e, posteriormente, com a constituição da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle, em 1991, com sede no RJ, e com a assinatura do Acordo Quadripartite, também em 1991, entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA, um inovador sistema adicional de salvaguardas. Destaca-se, ainda, nesse período, a adesão da Argentina ao TNP no início da década de 1990 e do Brasil mais ao final, em 1998. Simultaneamente, pode-se mencionar a entrada definitiva em vigor do Tratado de Tlatelolco naquela mesma década.

O projeto brasileiro de redefinição do papel desempenhado pelo Cone Sul em sua política externa, no entanto, não surtiu os mesmos efeitos positivos em relação à solução das crises da dívida externa na região. Nessa seara, notou-se maior dificuldade para coordenação de posições e elaboração de uma solução conjunta de natureza política, de modo que a tendência observada concentrou-se em soluções bilateralistas ou negociações realizadas diretamente junto a órgãos internacionais como o FMI.

O esgotamento da estratégia do nacional-desenvolvimentismo brasileiro é sucedido por uma inflexão na política externa do país em relação ao seu entorno regional, em especial ao Cone Sul. Desse modo, adotou-se, nas décadas de 1980 e 1990, um modelo de superação de rivalidades com o principal vizinho, a Argentina, e a construção de confiança em uma ampla gama de assuntos, como questões energéticas e segurança nuclear. Assim, essa aproximação permitiria maior concertação política e integração comercial para uma melhor inserção competitiva no mundo em pleno momento de crise de dívidas externas e globalização econômica.

Bruno Rolim – 15,90

Entender a política externa brasileira para o Cone Sul passa, sobretudo, pelo processo de aproximação com a Argentina, no que Alessandro Candeas conceitua "construção da estabilidade pela cooperação", em especial ao longo das décadas de 1980 e 1990. Na década de 1980, o contexto de crise financeira na região levou à aproximação, inicialmente entre Brasil e Argentina, com adesão posterior de uruguaios e paraguaios, com facetas econômicas, políticas e de segurança. A década de 1990, com o fim da Guerra Fria e a euforia pela integração, o projeto do MERCOSUL ganhou forma com o tratado de Assunção, mas seguidas crises em mercados emergentes levariam a relativo afastamento no final do período. A política externa brasileira para o Cone Sul, assim, firmaria bases para o aprofundamento do processo de integração que, hoje, alcança a América do Sul e mesmo a América Latina.

Quanto à relação entre o Brasil e o Cone Sul na década de 1980, foi iniciado o período sob a égide do recém-aprovado Tratado Tripartite com Argentina e Paraguai, que definiu as condições para estabelecimento das usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus Christi (esta até hoje não saiu do papel). Em 1980, Figueiredo e Videla deram início ao aprofundamento de relações, tanto pelas visitas presidenciais quanto pela assinatura de acordo para usos pacíficos da energia nuclear. No mesmo ano, a instituição da ALADI pelo Tratado de Montevidéu criou uma estrutura de integração mais flexível que a da malograda ALALC; a possibilidade de acordos de complementação econômica (ACEs) regionais facilitaria a constituição de uma área de integração latino-americana.

Dentro do intuito da concertação regional, em 1982, com Leopoldo Galtieri declarando guerra ao Reino Unido nas Malvinas, o Brasil se posiciono neutro, mas, na prática, adotou uma "neutralidade imperfeita", proibindo o uso militar de instalações aos britânicos e permitindo aos argentinos. A neutralidade retórica se deu, entre outros fatores, pelo fato de o TIAR não ter sido acionado, pois a agressão partira dos argentinos – foi a posição oficial dos EUA, que deram apoio a Londres dentro do marco da OTAN. Ademais, o Brasil representou os interesses argentinos no Reino Unido durante o período de relações rompidas.

Com o processo de redemocratização e as dificuldades com suas dívidas externas, os dois países buscaram resolver pela concertação, a exemplo do Consenso de Cartagena (sem sucesso). Em 1985, José Sarney é empossado primeiro presidente da nova era democrática, e viria a aproximar-se de Raúl Alfonsín: apesar de contenciosos como o das bananas, os presidentes se reuniram em Foz do Iguaçu, assinando ata histórica com marcos para o desenvolvimento coordenado em múltiplos setores. O Uruguai, com Sanguinetti, seria integrado ao processo em 1986, enquanto o Paraguai ainda era mantido distante, pela ditadura de Stroessner. Do período também são medidas de segurança como a ZOPACAS para o Atlântico Sul e os planos e tratados de integração que, em 1986 e 1988, firmaram bases para futura integração econômica e comercial. Em 1989, com a deposição de Stroessner, o Paraguai é enfim integrado aos diálogos.

A década de 1990 teve no fim da Guerra Fria e na euforia liberal condicionantes da política brasileira para o Cone Sul. Em 1990, Brasil e Argentina firmaram a Ata de Buenos Aires, com o objetivo ambicioso de um mercado comum em quatro anos; no ano seguinte, Collor e Menem, ao lado de uruguaios e paraguaios, assinam o tratado de Assunção, que oficializa o MERCOSUL. A integração econômica e em outros setores se deve também à necessidade de um entorno regional mais forte para inserção no sistema internacional. Por isso, tanto Brasil quanto Argentina criaram a Agência de Contabilidade e Controle (ABACC), pelo Acordo de Guadalajara, além de mecanismo quadripartite com a AIEA. A concertação diante de parceiros como os EUA se deu por reuniões como o 4+1 (Rose Garden). Ao mesmo tempo, às medidas de liberalização somaram-se políticas monetárias de câmbio fixo, que viriam a causar grandes problemas, após contribuírem para as estabilizações dos países.

Em 1994, o México seria vitimado por crise especulativa, que desvalorizou sua moeda e gerou fuga de capitais emergentes (o "efeito tequila"); o mesmo aconteceria com os países emergentes da Ásia e com a Rússia na segunda metade da década. Com isso, em 1999 o Brasil desvalorizou o real, em medida que reverteu o fluxo comercial com a Argentina, que, ao manter a paridade com o dólar, passou a ter déficits constantes com o Brasil. Isso levou a certo arrefecimento da faceta comercial do bloco. Por outro lado, foi mantida a cooperação em segurança e a concertação política, com os países ratificando o TNP e aprofundando sua relação em foros distintos, em temas como saúde e educação. Por meio das relações com a Argentina, a política externa brasileira para o Cone Sul construiu um arcabouço institucional notável.

Análise das duas décadas da relação entre o Brasil e o Cone Sul permite identificar o fim de dinâmicas de rivalidade e tensões entre seus dois maiores atores. Além disso, a aproximação política e econômica, da qual resultou o MERCOSUL, fortaleceu a região e permitiu ao Brasil ampliar seu escopo, com iniciativas agora objetivando a aproximação entre a América do Sul e entre a América Latina.

Pior resposta – 8,30

A política externa brasileira para o Cone Sul nas décadas de institucionalização em grau inédito. O governo Figueiredo caracterizou-se pela superação da divergência em relação à construção de Itaipu. O Brasil aceitou limitar o número de turbinas, a altura da barragem e a ciclagem utilizada, de modo a conciliar o projeto com o de Corpus. Firmou-se, assim, o Tratado Tripartite. Em encontro entre Figueiredo e Videla, reconheceu-se o interesse de cooperação em área sensível da energia nuclear (Declaração sobre Cooperação Nuclear). O posicionamento do Brasil em face da Guerra das Malvinas também contribuiu para a boa vontade das relações, uma vez que o país reafirmou o reconhecimento do direito argentino ao território e manteve a neutralidade favorável, tendo cooperado, pontualmente, com voos de reconhecimento e peças de reposição. As relações em eixo entre os dois países seriam fundamentais para o desenvolvimento do Mercosul.

No governo Sarney, destacam-se as declarações de Iguaçu e sobre cooperação nuclear. Foram criadas, pela primeira declaração, diversas subcomissões para acompanhamento das relações bilaterais com a Argentina. Sarney e Afonsin trocaram visitas a instalações nucleares. O PICE e o TICD estabeleceram, respectivamente, 12 e 24 protocolos sobre cooperação em áreas como comércio e indústria. O Brasil direcionou suas compras de trigo e petróleo para a Argentina, que apontava a existência de déficit no comércio. A cooperação política no Grupo de Apoio a Contadora, em temas como a intervenção militar dos EUA na América Central, aproximou os países membros, viabilizando a formação do Grupo do Rio. Sarney fez visitas ao Paraguai e ao Uruguai, onde firmou acordos de cooperação em temas como comércio e educação.

O governo Collor foi marcado pela convergência ideológica com o de Menem. Por meio da Ata de Buenos Aires, acordou-se a formação de mercado comum. O Tratado de Assunção, de 1991, vinculou os 4 países do Cone-Sul no Mercosul. A cooperação nuclear também foi destaque nesse governo. Formou-se a ABACC e firmou-se acordo quadripartite de salvaguardas envolvendo a AEIA. Ambos os países continuaram a lógica de renovação de credenciais estabelecida pelos governos anteriores, como representado pela adesão ao acordo de San José.

O governo Itamar Franco foi caracterizado, por sua vez, pelo aumento do comércio entre Brasil e Argentina. O Plano Real e a valorização da moeda brasileira resultaram no aumento do déficit do país. A assinatura do Protocolo de Ouro Preto reconheceu a personalidade jurídica do bloco, reforçando sua institucionalidade.

O governo FHC, por sua vez, teve como iniciativa importante o estabelecimento do FOCEM, com o objetivo de reduzir as assimetrias entre o bloco. O encontro entre presidentes dos países sul-americanos foi iniciativa inovadora. A desvalorização do real após a crise de 1998 reverteu a lógica comercial do bloco. O Brasil reduziu suas importações e ampliou as exportações para Argentina, Paraguai e Uruguai. FHC teve participação mediadora importante na crise constitucional paraguaia envolvendo Lino Oviedo. As relações do Brasil com o Cone-Sul no período foram marcadas, ainda, pela aproximação voltada à relação com outros países e regiões, como exemplificado pela assinatura de Acordo-Quadro de Cooperação com a União Europeia e pelo Acordo do Jardim de Rosas com os Estados Unidos. Atuou-se para evitar um projeto de Alca que rivalizasse ou prejudicasse o Mercosul. Nesse sentido, a aproximação entre os quatro países foi essencial para a não aceitação de acordo desfavorável, que não resultaria em concessões para o Cone-Sul em âmbito como o acesso a mercados agrícolas. Houve cooperação, ainda, no âmbito do Grupo de Cairns da OMC, integrado por Brasil e Argentina. No governo Itamar, cabe lembrar, o Brasil passou a defender abertamente a candidatura ao Conselho de Segurança da ONU. A Argentina responderia com a formação do chamado "Coffee-Break Club".